

SIMONE SOARES NAIRNE

A EVASÃO ESCOLAR NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA,
NO INTERIOR DO PARANÁ
ESTUDO DE CASO

Orientadora: Isabel Rodrigues Sanches

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação

Lisboa

2018

SIMONE SOARES NAIRNE

A EVASÃO ESCOLAR NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA,
NO INTERIOR DO PARANÁ
ESTUDO DE CASO

Dissertação defendida em provas publicas para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, segundo o Despacho Reitoral Nº. 409/2018, com a seguinte composição de júri:

Presidente: Professor Doutor Óscar Conceição de Sousa

Arguente: Professora Doutora Esmeralda Espitito Santo

Orientadora: Professora Doutora Isabel Rodrigues Sanches

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação

Lisboa

2018

RESUMO

A evasão escolar é muito mais do que um simples desligamento do aluno e da Instituição à qual está vinculado. É um dos principais problemas educacionais, pois é considerada como a perda de aluno. Esta perda gera graves consequências nas esferas sociais, económicas e académicas, causando sérios transtornos ao desenvolvimento do sujeito e, de maneira mais ampla, ao desenvolvimento da sociedade. O presente trabalho busca responder à questão que tem gerado angústias e inquietações nos profissionais envolvidos: *por que os alunos abandonam os seus cursos?* Assim, procurou-se descrever e analisar tal fenómeno nas turmas de cinco cursos de graduação ofertados no Campus, com os alunos evadidos que ingressaram nos anos de 2014 e 2015 e que evadiram até o final do ano de 2017. É uma pesquisa descritiva e analítica cujo desenvolvimento se deu a partir da análise de documentos e de inquérito por questionário aos alunos evadidos. Os dados obtidos com a pesquisa revelam que a causa “Reprovações Constantes” foi apontada por 41.5% dos sujeitos respondentes ao questionário como determinante para a evasão. Os elementos evidenciados aqui indicam para a necessidade dos gestores criarem um sistema identificador do problema, que seja competitivo no intuito de manter estes alunos na Instituição, tendo em vista que grande parte dos evadidos continua a estudar em outras Instituições e os que estão fora do sistema, pretendem retomar os estudos.

Palavras-chave: Educação; Evasão escolar; Ensino Superior; Brasil.

SUMMARY

School dropout is much more than a simple disconnection between the student and the institution to which he is linked. It is one of the major educational problems as it is considered as the loss of student. This loss generates serious consequences in the social, economic and academic spheres, causing serious disruptions to the development of the subject and, more broadly, to the society development. The present work seeks to answer the question that has generated anxieties and worries in the professionals involved: *why do students abandon their courses?* Thus, we tried to describe and analyze this phenomenon in the classes of five undergraduate courses offered by the Campus, with the evaded students who entered the years 2014 and 2015 and who evaded until the end of 2017. It is a descriptive and analytical research whose development was based on the analysis of documents and a questionnaire survey of the evaded students. The data obtained with the research reveal that the cause "Constant Reprobation" was indicated by 41.5% of the subjects responding to the questionnaire as determinant for their evasion. The elements highlighted here indicate the need for managers to create a system that identifies the problem, which is competitive in order to keep these students in the Institution, since most of the evaded continues to study in other Institutions and those that are outside the system, intend to resume their studies.

Keywords: Education; School evasion; Higher education; Brazil.

DEDICATÓRIA

*A Deus e à Nossa Senhora de Fátima,
ao meu companheiro de todas as horas,
aos meus filhos,
aos meus pais.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, motivo de minha existência.

À Nossa Senhora de Fátima, Luz dos meus dias.

Ao Paulo, grande amor da minha vida e presente Divino, pelo olhar silencioso, pelas palavras carinhosas, pelo incentivo demonstrado e por me ensinar a ter coragem e paciência, não desistindo de recomeçar sempre.

Aos meus filhos, Júnior, Lucas e Igor que através de seus olhares enquanto pequenos, me ensinaram tudo sobre a alegria de viver.

Aos meus pais Antônio e Maria Aparecida pelo amor incondicional, por me ensinar o caminho certo a trilhar e por não desistirem de mim.

Ao meu irmão Luciano, por estar comigo nos bons e maus momentos.

A minha orientadora. Professora Dr.^a Isabel Sanches, que assumiu comigo essa responsabilidade. Obrigada pelo interesse, sabedoria, dedicação, paciência em me instruir durante o desenvolvimento desse trabalho.

Aos Professores do Curso, pelos ensinamentos repassados, acolhimento, paciência e dedicação.

À Direção do Campus onde trabalho, Professores Eduardo Teixeira da Silva e José Eduardo Padilha de Sousa pelas oportunidades e incentivos proporcionados.

Talvez eu não me canse de esperar pela realização dos meus sonhos. Mas talvez meus sonhos gostem de me fazer esperar. A espera dói. Mas é uma necessidade. Infelizmente. Quem sabe um dia eu olhe para tudo que já passei e agradeça pelas lágrimas derramadas. Elas me fortaleceram, e em certos momentos me mostraram que sou mais forte do que imagino. No final, quero apenas olhar pra trás e me orgulhar, por estar bem, mesmo com tantos temporais. Quero só olhar pra trás e ter a alegria de ver o sol nascer novamente.

(Letícia Nogara).

ÍNDICE

RESUMO.....	4
SUMMARY	5
ÍNDICE	9
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	10
ÍNDICE DE TABELAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	14
1.1 – Educação – um direito de todos.....	14
1.2 – Cenário brasileiro no Ensino Superior	18
1.3 – Evasão Escolar: Conceitualização	22
1.3.1 – A Evasão Escolar no Ensino Superior e as suas Motivações	25
1.3.1.1 - Breve Estado da Arte: estudos empíricos realizados no âmbito da evasão escolar.....	36
1.3.1.2 – Análise dos estudos empíricos selecionados.....	39
CAPÍTULO 2 – DA PROBLEMÁTICA AOS OBJETIVOS.....	46
2.1 – Problemática	46
2.2 – Objetivos	48
2.2.1 – Objetivo Geral	48
2.2.2 – Objetivos Específicos	48
CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	49
3.1 – Tipo de Pesquisa.....	49
3.2- Contexto da Investigação	52
3.2.1 – A Instituição Estudada	54
3.3 – Sujeitos da Pesquisa	58
3.4- Técnicas e Procedimentos para Recolha de Dados.....	58
3.4.1 - Pesquisa Documental	59
3.4.2 – Inquérito por questionário	62
CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	65
4.1 – Caracterização dos sujeitos evadidos	65
4.2 – Curso: escolha e permanência.....	69
4.3 – Ingressantes (2014 e 2015) e Evadidos (até 2017).....	72
4.4 – Evasão: motivos	75
CONCLUSÕES	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL 2016.....	20
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR – BRASIL – 2006 – 2016.....	21
GRÁFICO 3 - NÚMERO DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2006- 2016	22
GRÁFICO 4 - PERFIL DOS RESPONDENTES: SEXO	66
GRÁFICO 5 - PERFIL DOS RESPONDENTES: IDADE QUANDO INGRESSOU NA INSTITUIÇÃO.....	66
GRÁFICO 6 - ESTADO CIVIL NO MOMENTO DA EVASÃO	67
GRÁFICO 7 - CIDADE DE MORADA PRINCIPAL	67
GRÁFICO 8 - REALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO	68
GRÁFICO 9 - MOTIVOS DA ESCOLHA DO CURSO.....	69
GRÁFICO 10 - EXPECTATIVAS QUANDO INGRESSOU NO CURSO.....	70
GRÁFICO 11 - TEMPO DE FREQUÊNCIA DOS PARTICIPANTES NA INSTITUIÇÃO	71
GRÁFICO 12 – INGRESSANTES (2014) E EVADIDOS ATÉ 2017	73
GRÁFICO 13 - INGRESSANTES (2015) E EVADIDOS ATÉ 2017.....	74
GRÁFICO 14 - COMPARATIVO DA EVASÃO DOS INGRESSANTES EM 2014 E 2015.....	75
GRÁFICO 15 - MOTIVOS DA EVASÃO	80

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - CAUSAS DA EVASÃO DISCENTE EM IES BRASILEIRAS	27
TABELA 2 – INDICADORES DA PESQUISA DE MALLMANN (2013)	40
TABELA 3– INDICADORES DA PESQUISA DE PADILHA (2015).....	41
TABELA 4 – INDICADORES DA PESQUISA DE LOPES (2014)	42
TABELA 5 – INDICADORES DA PESQUISA DE FÁVERO (2014).....	42
TABELA 6 – INDICADORES DA PESQUISA DE NETO (2014)	44
TABELA 7- CARATERIZAÇÃO DOS CURSOS OFERTADOS NO CAMPUS	61

INTRODUÇÃO

A evasão escolar é, indubitavelmente, uma questão que inquieta todos os envolvidos com a Educação. “Superar a evasão e o fracasso escolar que exclui, principalmente as classes desfavorecidas socialmente, deve ser meta principal do Estado e de todos os envolvidos com a educação pública brasileira” (Camargo, 2011, p. 61)

Para Silva Filho (2007) trata-se, com certeza, de um dos problemas que afligem as instituições de ensino em geral. A busca de suas causas tem sido objeto de muitos estudos e pesquisas educacionais. Segundo o autor, a evasão estudantil no ensino superior é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. E continua seu raciocínio afirmando que as perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão pode ser tomada como fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

Com a realização do estudo sobre a evasão organizado pela Comissão Especial do Ministério da Educação (1996) para esse fim, pôde-se entender que cada Instituição precisaria diagnosticar os sintomas e suas ocorrências como parte de um processo mais amplo da avaliação institucional, já que cada Instituição possui sua história.

O reconhecimento dos óbices que condicionaram este estudo corrobora a certeza de que o conhecimento mais completo e confiável do fenômeno só poderá ser alcançado através de um verdadeiro programa integrado de pesquisas que estabeleça os elos entre os níveis, identifique causas internas e externas, dando assim a necessária dimensão de totalidade característica de uma avaliação do sistema de ensino superior público do país. (p. 15)

O presente trabalho busca responder à questão que tem gerado angústias e inquietações nos profissionais envolvidos: *por que os alunos abandonam os seus cursos?* Centra-se, portanto, no estudo da Evasão Escolar nos cinco cursos de graduação ofertados neste Campus, com o estudo direcionado aos alunos que ingressaram nos anos de 2014 e 2015 e se evadiram até o final do ano de 2017, entendendo esse fenômeno como a saída temporária ou definitiva do aluno da Instituição.

Pretendeu-se com o presente estudo perceber e analisar as principais causas da evasão, caracterizar o perfil dos alunos evadidos e, ainda, identificar qual o curso da Instituição que é responsável pela maior taxa de evasão.

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com posterior inventário dos principais estudos empíricos sobre o tópico, a fim de analisar de forma mais profunda a evasão no ensino superior público no Brasil, utilizando a BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, que segundo informações do site oficial da Instituição, integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de C&T publique e difunda suas teses e dissertações produzidas no País e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional.

A revisão da literatura engloba estudos de Biazus (2004), Gaioso (2005), Gomes (1999), Cunha, Tunes e Silva (2001), Lins e Silva (2005), Hotza (2000), Lotufo et al (1998), Brasil/MEC (1996), Santos e Noronha (2001), Paredes (1994), Pereira (2004), Veloso (2002), Schargel e Smink (2002), Caldas (2006) e Silva Filho et al (2007). Os estudiosos são unânimes ao afirmar que a evasão é um problema complexo, resultante de uma conjunção de vários fatores que pesam na decisão do aluno de permanecer ou não no curso e na Instituição.

Considerando que toda Instituição tem sua própria organização e cultura, o fenômeno da evasão pode não acontecer da mesma maneira em todas as Instituições. Desse modo, um estudo sobre a evasão envolve analisar as diferentes situações que abarcam esse processo. Assim, a motivação por essa investigação justificou-se pela necessidade de se conhecer as causas da evasão, para que os responsáveis possam planejar estratégias a fim de combater a evasão e, por fim, contribuir com a apresentação de soluções para diminuir o fenômeno nessa Instituição.

São raras as instituições brasileiras que possuem uma assistência institucional profissionalizada de combate à evasão. Esta pode ser um reflexo da falta de política de permanência do aluno no curso e irá continuar enquanto as instituições não se

preocuparem em combatê-la (Silva Filho, Motejunas, Hipólito, & Lobo, 2007). Nesse sentido, julgamos o trabalho de grande relevância já que era fundamental desenvolver um estudo específico no campus em análise. Dessa forma, os esforços serão revertidos em relevantes resultados científicos para toda a comunidade acadêmica, que ao conseguir verificar a ocorrência e identificar os fatores relacionados ao fenômeno da evasão existente, poderá buscar alternativas mais contundentes para a solução do problema.

Sobre a importância desse estudo, Silva Filho et al (2007, p. 644) esclarece:

O estudo interno, realizado por uma IES com base em seus dados, pode ser muitas vezes mais detalhado porque é possível institucionalizar-se um mecanismo de acompanhamento da evasão, registrando os diversos casos, agrupando e analisando subgrupos, ou diferentes situações (cancelamento, trancamento, transferência, desistência, por exemplo) e, a partir daí, organizar tabelas e gráficos que demonstrem a evolução da evasão para buscar formas de combatê-la com fundamento nos resultados.

A Comissão Especial do MEC (1996, p. 13) afirma no seu relatório que “A evasão de estudantes é fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Exatamente por isto, sua complexidade e abrangência vêm sendo, nos últimos anos, objeto de estudos e análises, especialmente nos países do Primeiro Mundo”.

Caldas (2006) demonstra-se ciente da complexidade do problema da Evasão e o relaciona com outros temas importantes da Pedagogia, como as formas de avaliar, as reprovações constantes, os currículos e as disciplinas escolares. Afirma que para combater o problema é essencial atacá-lo em duas frentes: uma de ação imediata a fim de resgatar o aluno evadido e a segunda, de reestruturação interna que implica na discussão e avaliação de diversas questões referentes o dia-a-dia escolar. Para o pesquisador americano Rumberger (1995), a chave da compreensão e solução para o problema evasão é encontrar as causas do problema.

Ante esse fato, podemos afirmar com veemência que conhecer o fenômeno e as causas da evasão no *campus* estudado, contribuirá para o desenvolvimento de estudos e estratégias que solucionem o problema existente.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo apresentamos a Educação no Brasil segundo a legislação e cenário da Evasão no Ensino Superior, discorrendo sobre as suas possíveis causas.

A Educação escolar exerce um valioso papel na sociedade ao apresentar-se como elemento de inclusão e progresso de um país. Desse modo, a educação compreendida como processo pedagógico estruturado de intercessão no desenvolvimento na vida da sociedade é contemplado atualmente em investigações científicas que objetivam a fixação de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento das sociedades na sua totalidade. Contudo, o sistema educacional brasileiro ainda se depara com múltiplos caminhos desafiadores a percorrer, dentre os quais se evidencia a evasão escolar, principalmente no Ensino Superior.

1.1 – Educação – um direito de todos

A Educação é e sempre foi considerada como sendo a “porta de entrada” do desenvolvimento de uma sociedade, de um país e do mundo que somente se faz pelo conhecimento. A Educação está presente na vida do ser humano e visa a construção e reconstrução do seu conhecimento. Por conseguinte, é o fator principal da vida em sociedade (Cravo, 2012). A autora cita a definição do dicionário Caldas Aulete (2007, p. 380), “Educação [é] ação ou resultado de educar-se. A educação é fundamental para o desenvolvimento da capacidade física, moral e intelectual do ser humano visando à integração social”. Trata-se de um campo de convívio social e possui como objetivo fortalecer e capacitar os indivíduos para terem e repassarem o conhecimento. Nos relatos de Silva (2002, p. 74), temos que a Educação “está situada no coração do desenvolvimento do ser humano, fazendo frutificar os seus talentos e potencialidades criativas, o que implica a capacidade de cada um em responsabilizar-se pela realização do seu projeto pessoal”.

É notório que o processo educacional brasileiro tem passado por grandes transformações no decorrer dos tempos, com o objetivo de garantir o acesso e permanência de discentes nos bancos escolares e garantir-lhes êxito nesta jornada.

As mudanças que estão acontecendo são de tal magnitude que implicam reinventar a educação, em todos os níveis, de todas as formas. As mudanças são tais que afetam tudo e todos: gestores, professores, alunos, empresas, sociedade, metodologias, tecnologias, espaço e tempo (Moran, 2007, p. 79).

Vários estudiosos do tema discorrem sobre a importância da Educação para o desenvolvimento da coletividade. Pedro Demo (1987) afirma que a Educação é de fundamental importância para o processo de formação de um povo interessado em seu próprio meio de desenvolvimento, podendo a Instituição escolar servir como instrumento público de equalização de oportunidade à medida que se torna espaço privilegiado, para a concepção e exercício da cidadania. Afirma ainda que a escola deve refletir sobre o tipo de influência educativa que exerce nos discentes e sobre o tipo de cidadão que está a formar.

Paulo Freire (2004, p. 73) por sua vez, no exercício de suas funções como pedagogo, desenvolveu as suas teorias a favor da educação popular, sempre acreditando que

Educar é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o papel da História e onde a questão da identidade cultural, ando em sua dimensão individual, como em relação à classe dos educandos, é essencial à prática pedagógica proposta. Sem respeitar essa identidade, sem autonomia, sem levar em conta as experiências vividas pelos educandos antes de chegar à escola, o processo será inoperante, somente meras palavras despidas de significação real.

Os estudos de Melo (2014) afirmam que a educação é um direito de todos. Esta é a premissa básica que se encontra alicerçada na Constituição Federal do Brasil em seu artigo 205 (Brasil, 1988). Assim, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. Estabeleceu ainda em seu artigo 206, inciso I, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Desta forma, a educação deve ser promovida a favor do desenvolvimento da pessoa, exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. É permeada pela tríade escola, família e sociedade e, portanto, a educação é um direito inalienável para todos os sujeitos de direitos, assim corrobora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996). Oriunda da Constituição Federal no que concerne ao tópico educação, esta Lei também gerou significativas mudanças no cenário

da educação no Brasil já que passou a determinar responsabilidades por políticas públicas para a educação nos âmbitos nacional, estadual e municipal, prescrevendo os objetivos e as metas a serem alcançadas para a universalização da Educação Básica, que engloba os três graus de ensino: A Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Apesar de deveras transparente e óbvia no tocante à responsabilidade da família na orientação do percurso sócio educacional do educando, o que se constata é que nem todos os cidadãos são beneficiados pela Educação, quer seja em seu ingresso, como na conclusão de seus estudos. O que se observa, na realidade, é que a evasão se encontra cada vez mais presente na educação.

É sabido que a escola é o espaço de aprendizagem e exercício da cidadania. Todos são iguais perante a Lei. Todos têm direito à educação e é dever do Estado oferecer a Educação em todos os níveis. Segundo o Plano Decenal de Educação para Todos (1993), o número de matrículas tem aumentado nos últimos anos em todos os níveis e modalidades da educação.

Em 2016 este cenário se repete. Foram ofertados 34.366 cursos de graduação em 2.407 instituições de educação superior no Brasil. As matrículas nas instituições públicas aumentaram 1.9% no número de ingressantes. Os dados são do Censo da Educação Superior de 2016, estudo feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A pesquisa revela que a graduação teve mais de oito milhões de estudantes no ano em referência (Cardozo, 2017).

No entanto, o percentual de discentes que concluem os seus estudos continua sendo inferior ao número de matrículas efetuadas. O mais importante de tudo não é ofertar vagas em número suficiente. Consideramos como o maior desafio evitar a reprovação e a evasão, assegurando que o aluno aprenda e seja bem-sucedido na escola/instituição.

No Brasil, muitos jovens e até mesmo crianças abandonam seus estudos para ingressarem no mercado de trabalho, já que para estas pessoas, a prioridade é a sobrevivência e não a educação (Plano Decenal de Educação para Todos, 1993).

Transcorrida mais de uma década dos relatos acima, os autores Batista, Souza e Oliveira (2009) ratificam a situação apresentada quando dizem que os alunos, muitas vezes, precisam abandonar os estudos e optar pelo trabalho, ação resultante das

dificuldades financeiras de suas famílias. Afirmam, desse modo, que os pais das classes menos favorecidas, pelo fato de não conseguirem oferecer uma escolaridade mais duradoura aos filhos, acabam empregando-os precocemente, já que se torna imprescindível a ajuda dos filhos no sustento da família.

Os estudos de Patto (1999, p. 138) denunciam que nos últimos anos do século passado houve a manutenção de altíssimos indicadores sobre a evasão. A autora complementa que “[...] inúmeras passagens levam à sensação de que o tempo passa, mas alguns problemas básicos do ensino brasileiro permanecem praticamente intocados, apesar das intenções demagógicamente proclamadas por tantos políticos e dos esforços sinceramente empreendidos por muitos pesquisadores e educadores”.

Para Serrão e Baleeiro (1999, p. 23)

A educação é uma chave. Chave que abre a possibilidade de se transformar o homem anônimo, sem rosto, naquele que sabe que pode escolher, que é sujeito participante de sua reflexão, da reflexão do mundo e da sua própria história, assumindo a responsabilidade dos seus atos e das mudanças que fizer acontecer. Esta chave nos permite modificar a realidade, alterando o seu rumo, provocando as rupturas necessárias e aglutinando as forças que garantem a sustentação de espaço onde o novo seja buscado, contribuído e refletido.

Embora os autores coloquem a educação como uma forma de se atingir um fim, sabemos que a realidade é muito diferente, pois muitos fatores vão além dos limites e esforços dos alunos.

A Educação analisada sob o prisma jurídico nos remete à constatação de que existe um grande caminho a percorrer para se alcançarem os objetivos legais, já que, por um lado encontramos a lei conduzindo o educando à escola, ditando as regras e os direitos que os amparam. Por outro lado, a prática nos conduz à exclusão diante das desigualdades encontradas em todo o processo.

Pelo demonstrado, está visível a necessidade da ajuda mútua de todos a fim de reduzir a distância do “como está” com o “como deve ser”, ou seja, a minimização da realidade com os relatos da lei. É preciso investir na formação do ser humano para transformá-lo e termos uma sociedade dotada de conhecimentos e digna de aplausos.

Sobre o tema, Fornari (2010, p. 123) afirma que:

Pensar a evasão escolar requer perceber que apenas o acesso à escola, embora condição necessária, não é suficiente para que milhões de pessoas esquecidas socialmente sejam lembradas apenas em quadros estatísticos. Sem ruptura com relações sociais que estão sob o controle do sistema do capital não poderá haver mudanças profundas no sistema educacional.

Segundo a Conferência Nacional de Educação (2010), o Estado não vem cumprindo sua tarefa de ofertar uma educação de qualidade e em quantidade suficiente para o povo brasileiro. Como resultado, uma parcela significativa da população não possui as condições mínimas necessárias para ser cidadão ativo de uma sociedade alfabetizada e democrática. Com isso, apresenta mais uma forma de exclusão social combinada com a exclusão escolar. Sobre o assunto, Schargel e Smink (2002) comentam que nos encontramos numa época de rápidas mudanças e, torna-se primordial que as escolas, as comunidades, as empresas e o governo formem parcerias com o objetivo e o compromisso concreto de resolver a questão da evasão.

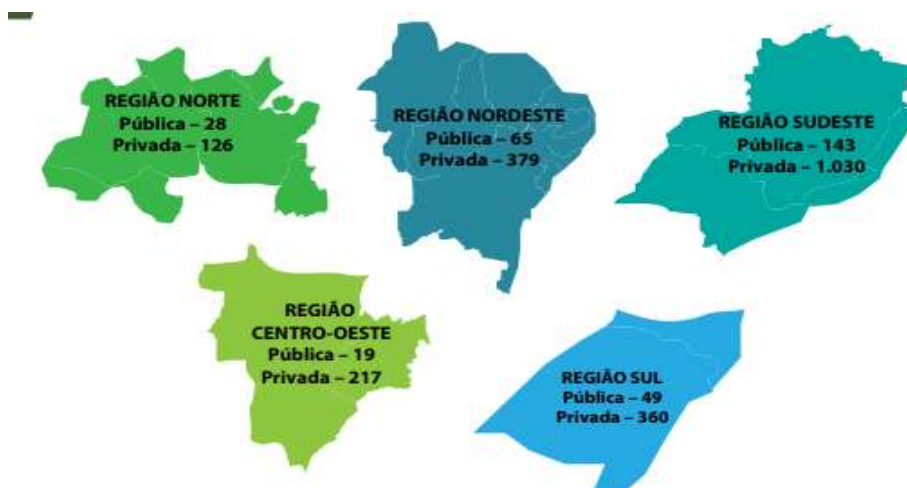
A construção da educação mostra-se num esforço contínuo de busca da melhoria política de educação. Contudo, ao analisar os conceitos estudados e ao traçar um paralelo com o contexto educacional atual, percebe-se que há muito o que fazer para que tenhamos um sistema educacional formador e inclusivo no país. É importante frisar que a democratização da educação não se restringe ao acesso à instituição educativa. Este acesso é, seguramente, a entrada principal para a democratização, porém, só isso não basta. Torna-se essencial, também, garantir que todos os que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação se faz com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade. (Conferência Nacional de Educação Básica, 2010)

1.2 – Cenário brasileiro no Ensino Superior

O Governo Federal, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, realiza todos os anos o Censo da Educação Superior – CES. Neste trabalho, é feita uma coleta de informações objetivando a obtenção de dados detalhados sobre a organização do ensino superior, bem como as grandes tendências do campo educacional para serem apresentadas ao público acadêmico e à sociedade em geral. Os dados coletados podem servir de base para a elaboração de projetos e de programas de políticas públicas para a educação brasileira.

Informações do Censo do Ministério da Educação no ano de 2012 dão conta que houve um aumento de 51 Instituições de Ensino Superior, passando a ter 2416 instituições no país comparando ao ano anterior, 2011. (INEP, 2012)

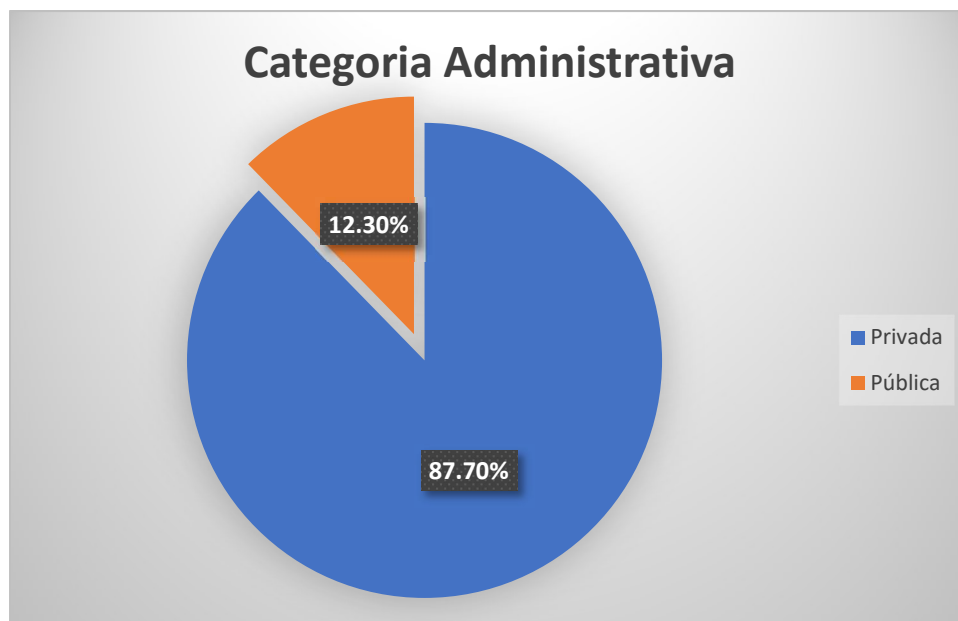
Figura 1 - Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2012



Fonte: MEC/INEP. Figura elaborada pela Deed/Inep

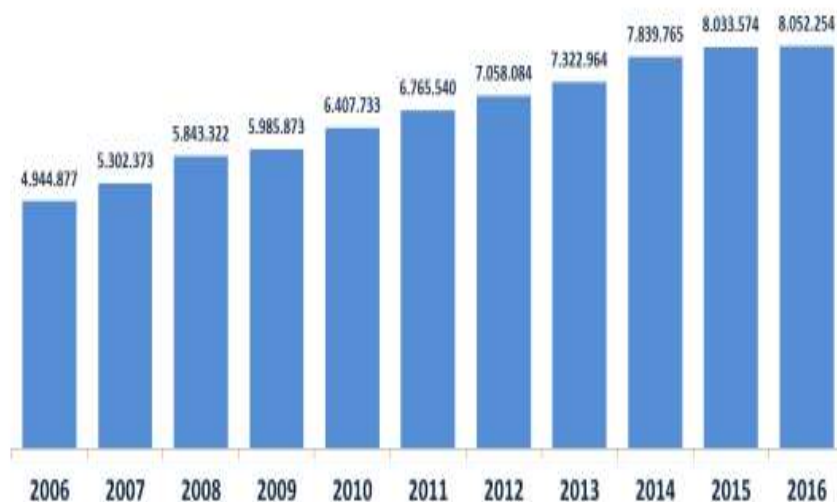
Já o Censo do Ministério da Educação de 2016 nos indica que houve uma queda no número de Instituições apresentadas no Censo de 2012. Atualmente contamos com 2.407 instituições de ensino superior, sendo 2.111 instituições privadas, perfazendo um total de 87.7%. Temos, portanto, 296 instituições de ensino superior públicas no país, o que equivale a 12.30% do total. Em sendo assim, a rede de Educação Superior no Brasil é composta em sua maioria por instituições privadas. (INEP, 2016)

Gráfico 1 - Percentual de instituições de educação superior, por categoria administrativa – Brasil 2016



Fonte: MEC/INEP. Figura elaborada pela Deed/Inep (editado pela autora)

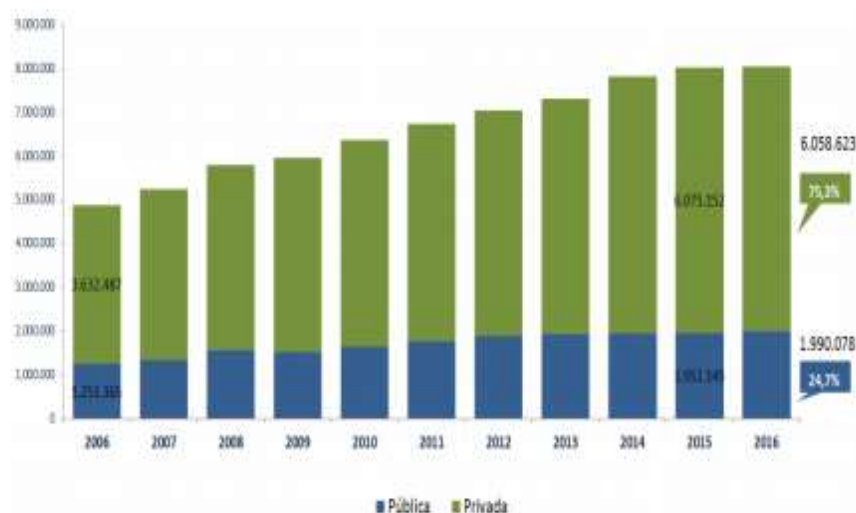
No tocante às matrículas em curso superior no período compreendido entre os anos de 2006 a 2016, constatamos que houve um aumento significativo de 62.8% com uma média anual de 5% de crescimento. Em 2016, o número de matrículas na educação superior continuou a crescer, mas essa tendência desacelerou quando se comparado aos últimos anos. Em relação a 2015, a variação positiva foi de apenas 0.2% (2016).

Gráfico 2 - Número de Matrículas na Educação Superior – Brasil – 2006 – 2016

Fonte: MEC/INEP. Figura elaborada pela Deed/Inep (editado pela autora)

No ano de 2016, mais de 8 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior. Desse total, 75.3% em instituições privadas. Entre os anos de 2015 e 2016, houve uma queda no número de ingressantes na rede pública (0.9%) e um aumento na rede privada (2.9%). Analisando a variação ocorrida no período compreendido entre os anos de 2006 e 2016, a rede privada destaca o crescimento de 53.8%, ficando a rede pública com o percentual de 43.7%.

Gráfico 3 - Número de Matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa – Brasil – 2006-2016



Fonte: MEC/INEP. Figura elaborada pela Deed/Inep (editado pela autora)

Temos o conhecimento de que a evasão escolar no ensino superior brasileiro é um acontecimento preocupante que atinge as duas categorias administrativas, ou seja, as instituições públicas e as privadas. Esse fato clama por providências urgentes e eficientes de combate. Em análise da evolução do número de matriculados nos últimos anos, resta claro que a matrícula tem aumentado expressivamente. Contudo, só o fato do aluno estar matriculado não tem garantido a sua frequência até o final do curso. Assim sendo, a conclusão a que se chega é que tão importante quanto ofertar novas formas de ingresso a alunos no curso superior, é garantir com que os alunos se mantenham em seus cursos até sua conclusão.

1.3 - Evasão Escolar: Conceitualização

Quando se menciona o tema evasão, a literatura exhibe várias definições numa ampla base de dados, com autores divergindo entre si, muitas vezes sendo ambíguos e dificultando uma análise mais profunda do assunto.

No pensamento de Amaral (2013, p. 30),

A questão que dificulta o estabelecimento de um consenso entre os autores quanto ao conceito de evasão discente diz respeito ao aspeto temporário ou definitivo da interrupção do vínculo estabelecido entre o estudante e o curso ou a instituição. Enquanto uns autores consideram que, para caracterizar a evasão, a interrupção do vínculo precisa ser definitiva, outros consideram que a interrupção temporária também caracteriza o fenómeno.

Portanto, a compor esse panorama, a evasão escolar vem ocupando boa parte das discussões das autoridades ligadas à educação, tratando-se de uma questão nacional.

O termo é conceituado por Cunha (2016) no dicionário Etimológico da Língua Portuguesa como “Ato de evadir-se, fuga, saída”. Atribuindo essa definição à educação, podemos depreender que se o conceito de evasão é aplicado no contexto da educação brasileira para aclarar a saída dos estudantes que deixam o ambiente académico sem concluir o curso ou o grau almejado. Por se tratar de um termo mais abrangente, optamos por utilizá-lo sempre para o estudo do fenómeno, abrindo mão de outros vocábulos que se encontram aqui englobados. Dessa forma, diante do conhecimento da grandiosidade da questão, percebemos como fulcral para uma análise minuciosa da investigação, que fosse realizada uma conceitualização do termo evasão, já que muitos conceitos mediavam essa questão.

Um conceito amplo e habitual nas investigações sobre o tema é o conceito apresentado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão (Brasil, 1996) que define a evasão como a saída **definitiva** do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo. No entendimento de Johann (2012, p. 65), a evasão é

Um fenómeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Esta situação de evasão é vista como abandono, sem intenção de volta, uma vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola.

Embora sempre existisse, a evasão discente se tornou mira das políticas públicas quando passou a aparecer entre os parâmetros de distribuição dos recursos para as universidades do sistema federal de ensino. Nesse contexto, apontou-se o tema evasão na agenda do conhecimento da Educação para o desenvolvimento de estudos sobre a questão.

Queiroz (2010) explica que a evasão escolar não é um enigma a ser resolvido apenas por algumas classes escolares, mas que se trata de um conteúdo de interesse

nacional que vem ocupando importante papel nos debates e pesquisas educacionais no contexto do país. Destaca ainda o autor que se trata de um ponto inquietante para todos nele envolvidos, como os alunos, os pais, os professores, a instituição de ensino diretamente envolvida e a sociedade, já que pode ocasionar graves consequências, quer seja na esfera acadêmica, social ou econômica.

Para Boneti (2003, p. 35),

Os evadidos da escola são também os excluídos sociais e é impossível entender a exclusão de forma fragmentada como a social, a econômica, a política, a escolar [...] Qualquer tipo de exclusão compromete o indivíduo no seu papel de cidadão. [...] O ser humano é um cidadão quando tem participação integral na sociedade, quer seja na produção como através das esferas socioculturais [...] A exclusão social resume-se na exclusão do direito à cidadania onde quer que ela se manifeste.

Nesse contexto, a evasão escolar possui íntima ligação com a exclusão social, onde o sujeito que, deixando de ter acesso ao conhecimento se torna excluído de outros direitos, como a sua participação na política, na economia e na vida social. Assim sendo, toda a sociedade sofre e perde com a evasão do estudante. A instituição de ensino que o abrigou também sofre com problemas de natureza pedagógica e administrativa já que gera perdas financeiras para si e para o governo, correspondente a gastos indevidos e investimentos desaproveitados com materiais e especialistas para vagas que são ocupadas por alunos que não concluem os cursos.

A instituição de ensino precisa construir um conhecimento no qual os sujeitos, que na vida têm mais dificuldades, sejam mais valorizados, pois quando um jovem é excluído do sistema educacional, ele se encontra, nesse momento, sendo incluído no espaço da marginalidade. Quando não vislumbram as possibilidades de futuro, agem como se não existissem expectativas de vida, sem projetos e objetivos, que lhe são tirados pela sociedade. (Arpini, 2003)

Corroborando tal entendimento temos Santana (1996) referenciada em Moraes e Theóphilo (2008), que afirma que a evasão escolar é um dos maiores e mais preocupantes desafios do sistema educacional, pois é fator de desequilíbrio, desarmonia e desajustes dos objetivos educacionais pretendidos. A autora atribui à escola, responsável pelo processo de educação formal, de não motivar os alunos e não atrair professores com melhores qualificações, oferecendo, assim, uma aprendizagem deficitária.

Schargel e Smink (2002) afirmam que a exposição do problema é o primeiro passo e o principal para a busca de sua resolução. Advertem os autores que se trata de um processo árduo e complicado, pois a evasão é apresentada em múltiplos tipos e diversas são as suas causas. Concluem deixando a indicação que para melhor facilitar o estudo, se torna necessário delinear o perfil dos sujeitos a serem estudados.

1.3.1 – A Evasão Escolar no Ensino Superior e as suas Motivações

Com base na revisão bibliográfica realizada, verificamos que o estudo do fenómeno da evasão no Ensino Superior no Brasil se encontra a gatinhar, num estágio inicial de conhecimento e que necessita ser pesquisada profundamente. Contudo, partindo do pressuposto que a evasão é a saída definitiva do aluno do seu curso de origem sem a devida conclusão, nosso estudo vem contrariar esse conceito.

O conceito adotado de evasão discente nesta pesquisa, seguindo os critérios da Universidade em estudo e levando-se em conta os objetivos propostos, evasão é entendida como uma interrupção do ciclo de estudo, quer seja **temporária** ou **definitiva**, por meio do **abandono**, **trancamento** ou **cancelamento** da matrícula, já que dessas formas existe uma interrupção nos estudos e o discente se afasta da Instituição.

Cislaghi (2008) afirma em sua Tese de Doutorado que o problema da evasão pode ser interpretado e conceituado por diferentes ângulos ou que podem ser adotadas conceituações distintas, resultando em avaliações diferentes quanto à sua dimensão.

Para a Comissão do MEC (1996, pp. 26-27) as motivações do fenómeno da evasão ser classificados em três ordens; em primeiro lugar, aqueles que se relacionam ao próprio estudante; em segundo, os relacionados ao curso e à instituição; finalmente, os fatores externos. Isoladamente ou concomitante, contribuem para a evasão, são eles:

- a) **fatores referentes a características individuais do estudante:** São referentes ao pessoal do estudante. A personalidade, as habilidades de estudo; decorrentes da formação escolar anterior; relacionados a dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária; decorrentes da incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; decorrentes do desencanto ou da desmotivação

dos alunos com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção; decorrentes de dificuldades na relação ensino-aprendizagem, traduzidas em reprovações constantes ou na baixa frequência às aulas; decorrentes da desinformação a respeito da natureza dos cursos; decorrente da descoberta de novos interesses que levam à realização de novo vestibular.

- b) **fatores internos às instituições:** São referentes às questões acadêmicas. Currículos desatualizados, alongados; rígida cadeia de pré-requisitos, além da falta de clareza sobre o próprio projeto pedagógico do curso; · relacionados a questões didático-pedagógicas: por exemplo, critérios impróprios de avaliação do desempenho discente; · relacionados à falta de formação pedagógica ou ao desinteresse do docente; · vinculados à ausência ou ao pequeno número de programas institucionais para o estudante, como Iniciação Científica, Monitoria, programas PET (Programa Especial de Treinamento); decorrentes da cultura institucional de desvalorização da docência na graduação; decorrentes de insuficiente estrutura de apoio ao ensino de graduação: laboratórios de ensino, equipamentos de informática, etc.; inexistência de um sistema público nacional que viabilize a racionalização da utilização das vagas, afastando a possibilidade da matrícula em duas universidades;
- c) **fatores externos às instituições:** Questões relativas ao mercado de trabalho, relacionadas ao reconhecimento social da carreira escolhida, desvalorização da profissão e às dificuldades da universidade atualizar-se, frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da contemporaneidade.

Segundo relatos de Biazus (2004, p. 85) em sua Tese de Doutorado,

as causas internas são referentes aos recursos humanos, a aspetos didático-pedagógicos e à infraestrutura. Já as causas externas são ligadas a aspetos sócio-políticos-econômicos e as causas relacionadas aos alunos são aquelas referentes à vocação e a outros problemas de ordem pessoal.

Já Marun (2008) expõe que é possível apontar e identificar como principais causas do problema da evasão a perspectiva individual que engloba o discente e as condições de sua trajetória escolar e a perspectiva institucional, que considera como parte integrante a família, a escola, a comunidade e os grupos de amigos.

E complementa a autora (2008, p. 31)

Evidências apontam para fatores intra e extraescolares que convergem para a exclusão escolar do jovem estudante. O baixo rendimento, a desvalorização das atividades escolares, as dificuldades de aprendizagem ou as dificuldades de relacionamento, a inadequação da escola à sua clientela majoritária, bem como, padrões avaliativos que discriminam e estigmatizam o aluno pobre, as múltiplas repetências, as deficiências econômicas do alunado, o sentido da escola, as mudanças frequentes de domicílio, o ingresso precoce do adolescente no mercado de trabalho e aspectos sociais do comportamento juvenil parecem constituir as expressões de fracasso que marcam a trajetória escolar desses jovens evadidos [...]

Cislaghi (2008) faz um detalhamento das causas da evasão discente em IES brasileiras apontadas na literatura revisada, agrupando-a em oito diferentes aspectos e mencionando as fontes, conforme Tabela abaixo:

Tabela 1 - Causas da Evasão Discente em IES brasileiras

CAUSAS	FONTES
DESEMPENHO ACADÊMICO	
Dificuldade para acompanhar o curso; desempenho insatisfatório, carga elevada de aulas, conteúdos e trabalhos; clima de pressão; repetência; baixa frequência às aulas	(Lins & Silva, 2005); (Gaioso, 2005); (Brasil, 1996); (Biazus, 2004); (Santos & Noronha, 2001); (Souza, 1999); (Hotza, 2000); (Lotufo, Souza JR, Coviack, & Brito, 1998)
Escassez de tempo para atender a todas as demandas.	(Lins & Silva, 2005); (Gaioso, 2005)
QUESTÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS	
Deficiência didática dos docentes.	(Lins & Silva, 2005); (Gaioso, 2005); (Brasil, 1996); (Biazus, 2004); (Pereira F. C., 2003); (Gomes A. A., 1999); (Souza, 1999); (Lotufo, Souza JR, Coviack, & Brito, 1998)
CrITÉrios de avaliação impróprios.	(Gaioso, 2005); (Brasil, 1996); (Biazus, 2004); (Pereira F. C., 2003); (Souza, 1999)
Deficiência pedagógica dos docentes.	(Lins & Silva, 2005); (Gaioso, 2005); (Pereira F. C., 2003); (Gomes A. A., 1999); (Lotufo, Souza JR, Coviack, & Brito, 1998)
Falta de motivação dos docentes.	(Brasil, 1996); (Biazus, 2004); (Souza, 1999); (Hotza, 2000)

Falta de clima de respeito e confiança entre docentes e estudantes.	(Biazus, 2004); (Souza, 1999); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001)
Docentes inexperientes (provisórios, iniciantes) nos semestres iniciais	(Lins & Silva, 2005); (Velooso & Almeida, 2002)
Alta cobrança em provas; pouca orientação sobre o que e como estudar.	(Lins & Silva, 2005); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001)
AMBIENTE SOCIOACADÊMICO	
Falta de processos de adaptação do estudante no sistema universitário.	(Lins & Silva, 2005); (Gaioso, 2005); (Brasil, 1996); (Gomes A. A., 1999)
Pouco relacionamento entre estudantes e docentes; isolamento.	(Lins & Silva, 2005); (Santos & Noronha, 2001); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001)
Dificuldade de adaptação à vida universitária.	(Brasil, 1996); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001)
Problemas enfrentados por estudantes de outras cidades com a instalação, adaptação.	(Brasil, 1996); (Lotufo, Souza JR, Coviack, & Brito, 1998)
Falta de sistema integrado de informações ao estudante (normas, órgãos, recursos, serviços, bolsas, estágios, cursos extracurriculares).	(Lins & Silva, 2005); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001)
Ausência de integração profissional e apoio pedagógico.	(Lins & Silva, 2005)
Ausência de preparação prévia dos ingressantes no 2º semestre	(Lins & Silva, 2005)
CURRÍCULO	
Currículos longos ou desatualizados para o mercado.	(Gaioso, 2005); (Brasil, 1996); (Biazus, 2004); (Souza, 1999); (Andriola, Andriola, & Moura, 2006)
Ausência de integração entre disciplinas; desconhecimento pelos docentes dos conteúdos das demais disciplinas.	(Lins & Silva, 2005); (Biazus, 2004); (Souza, 1999)
Cadeia rígida de pré-requisitos.	(Brasil, 1996); (Biazus, 2004); (Souza, 1999)
Semestres iniciais (disciplinas básicas) sem foco na prática profissional.	(Lins & Silva, 2005)
Pouca ênfase nas disciplinas profissionalizantes.	(Biazus, 2004)
CURSO	

Necessidade de dedicação integral; disciplinas em mais de um turno.	(Gaiosio, 2005); (Biazus, 2004); (Souza, 1999); (Veloso & Almeida, 2002); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001)
Deficiência na infraestrutura (salas, equipamentos, laboratórios, biblioteca).	(Brasil, 1996); (Biazus, 2004); (Souza, 1999); (Pereira E. R., 2004); (Andriola, Andriola, & Moura, 2006)
Orientações insuficientes por parte da coordenação do curso.	(Gaiosio, 2005); (Biazus, 2004); (Lotufo, Souza JR, Coviack, & Brito, 1998)
Falta de programas PET e de iniciação científica à pesquisa, empresa júnior e estágios para a prática do curso.	(Brasil, 1996); (Biazus, 2004); (Souza, 1999)
Ausência de boa formação prática oferecida pelo curso, pouca integração com empresas.	(Biazus, 2004); (Souza, 1999); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001)
Disciplinas com alto grau de reprovação.	(Gaiosio, 2005); (Brasil, 1996);
Transferência para outra instituição.	(Santos & Noronha, 2001)
INTERESSES PESSOAIS	
Frustração das expectativas com relação ao curso.	(Lins & Silva, 2005); (Gaiosio, 2005); (Brasil, 1996); (Biazus, 2004); (Santos & Noronha, 2001); (Gomes A. A., 1999); (Souza, 1999); (Veloso & Almeida, 2002); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001); (Pereira E. R., 2004); (Machado, Mello, & Pinto, 2005)
Falta de orientação vocacional (herança profissional, influência dos pais e conhecidos, imaturidade para optar por curso/profissão)	(Gaiosio, 2005); (Brasil, 1996); (Biazus, 2004); (Santos & Noronha, 2001); (Pereira F. C., 2003); (Gomes A. A., 1999); (Souza, 1999); (Veloso & Almeida, 2002); (Hotza, 2000); (Machado, Mello, & Pinto, 2005)
Descoberta de novos interesses; ingresso em outro curso.	(Gaiosio, 2005); (Brasil, 1996); (Biazus, 2004); (Santos & Noronha, 2001); (Hotza, 2000)
Transferência para outro curso.	(Biazus, 2004); (Santos & Noronha, 2001); (Souza, 1999); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001); (Pereira E. R., 2004); (Machado, Mello, & Pinto, 2005)
Perda do prestígio social da carreira.	(Gaiosio, 2005); (Brasil, 1996); (Santos & Noronha, 2001); (Souza, 1999); (Veloso & Almeida, 2002)
Crise de adolescência; transição para a vida adulta; imaturidade.	(Lins & Silva, 2005); (Santos & Noronha, 2001); (Veloso & Almeida, 2002); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001)
Falta de conhecimento prévio sobre o curso.	(Brasil, 1996); (Biazus, 2004); (Santos & Noronha, 2001); (Gomes A. A., 1999); (Souza, 1999)

Insatisfação com o curso, comprometendo o desempenho nas disciplinas.	(Brasil, 1996); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001)
Desmotivação pelo curso ter sido sua 2ª ou 3ª opção.	(Brasil, 1996); (Hotza, 2000)
Ingresso por imposição, pressão familiar por graduação.	(Gaio, 2005); (Gomes A. A., 1999)
CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS	
Prioridade da pesquisa em detrimento do ensino; cultura institucional de desvalorização da docência.	(Brasil, 1996); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001)
Falta de ações institucionais para evitar a evasão (naturalidade à desistência e desligamento)	(Cunha, Tunes, & Silva, 2001)
Falta de um programa de apoio mais amplo aos estudantes carentes.	(Biazus, 2004)
Existência de greves com prejuízos no calendário escolar.	(Biazus, 2004)
CONDIÇÕES PESSOAIS (familiares, profissionais e financeiras)	
Necessidade de trabalhar, dificuldades financeiras.	(Lins & Silva, 2005); (Gaio, 2005); (Brasil, 1996); (Biazus, 2004); (Pereira F. C., 2003); (Souza, 1999); (Velo & Almeida, 2002); (Pereira E. R., 2004); (Hotza, 2000); (Machado, Mello, & Pinto, 2005)
Mudança no mercado (estímulos econômicos, espaço, remuneração)	(Gaio, 2005); (Brasil, 1996); (Santos & Noronha, 2001); (Gomes A. A., 1999); (Souza, 1999); (Velo & Almeida, 2002); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001); (Hotza, 2000)
Mudança de cidade, estado, país.	(Biazus, 2004); (Santos & Noronha, 2001); (Souza, 1999); (Pereira E. R., 2004); (Hotza, 2000)
Casamento ou nascimento de filhos, quando se trata de estudante do sexo feminino.	(Gaio, 2005); (Biazus, 2004); (Santos & Noronha, 2001); (Hotza, 2000)
Falta de apoio no emprego atual.	(Biazus, 2004); (Souza, 1999)
Problema de saúde ou falecimento.	(Biazus, 2004); (Souza, 1999); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001); (Cunha, Tunes, & Silva, 2001); (Hotza, 2000)

Necessidade de atender a compromissos familiares.	(Gaioso, 2005); (Andriola, Andriola, & Moura, 2006)
Transferência para instituição mais próxima da família.	(Gaioso, 2005);
Transferência para instituição mais barata ou de grade mais aberta.	(Gaioso, 2005);
Insegurança pessoal quando a conseguir ser o profissional esperado.	(Cunha, Tunes, & Silva, 2001)

Fonte: Cislighi (2008).

Ao apresentar os dados na tabela acima, ficou explicitado pelo autor que os aspectos sociais do discente são as causas decisivas em sua trajetória acadêmica. A frágil educação básica ofertada vem gerar, no futuro do aluno, suas constantes reprovações e, por fim, a sua evasão escolar.

Biazus (2004) indica em seu estudo que o motivo determinante que conduz o aluno à evasão está relacionado ao trabalho: a carga horária de **trabalho** e, por conseguinte, a falta de tempo para o desenvolvimento e dedicação aos estudos, torna essa conjugação infrutífera.

Para o fator **escolha do curso** com base na pressão realizada pela família, temos os estudos de Gaioso (2005), Tinto (1987), Bean (1980) e Biazus (2004). Logo após a conclusão do Ensino Médio, a família exerce uma pressão no estudante para que ele ingresse rapidamente no Ensino Superior. Essa cobrança leva o sujeito a ingressar num curso de fácil acesso, entretanto, desconhecendo por completo a profissão.

Gaioso (2005) relata que quando o aluno ingressa no ensino superior por imposição familiar ou por herança profissional, o fim será, certamente, a evasão. Muito pais realizam a escolha do curso pelos filhos baseados nos cursos que gostariam de ter cursado e não o fizeram ou pela profissão que no momento está a proporcionar maior rentabilidade ou ainda, porque quer que seus filhos sigam suas profissões. Bean (1980) afirma que a presença e encorajamento familiar são causas terminais.

A **mudança de residência, ausência da família, casamento** e gravidez são fatores evidenciados nas pesquisas de Martins, (2000) Gaioso (2005), Biazus (2004),

Santos e Noronha (2001) e Schargel e Smerk (2002), que, para estes, um fator importante relacionado à vida pessoal do aluno é a questão familiar.

O difícil acesso à universidade para alguns acadêmicos, os custos originados pelos transportes ou o tempo que passam nos transportes são causas que levam o estudante a desistir de seu sonho acadêmico. “As dificuldades para facearem despesas com aluguel e a alimentação fazem com que alguns desistam do curso”. (Kafuri & Ramon, 1985)

Outros estudos nos levam a crer, ainda, que como causa que conduz à evasão é a **escolha errada do curso e a falta de orientação profissional/vocacional**. Muitos alunos ingressam nos seus cursos desconhecendo totalmente a realidade do mesmo, como a sua metodologia, conduzindo-o, num futuro muito próximo, à insatisfação pessoal. Merece destaque também a questão da segunda opção de escolha do curso. Ao ingressar num curso superior através da segunda opção de escolha, é evidente que o estudante será tomado pelo desencanto e a desmotivação estará presente. Estes estudos contam com o aval de Paredes (1994), Biazus (2004), Pereira (2004) e Gomes (1999).

As deficiências nas **estruturas físicas** das universidades são apontadas como um dos fatores que interferem nos índices de evasão. Características como disponibilidade de equipamentos de informática, laboratórios de ensino, qualidade do espaço físico, bibliotecas e instalações são alguns dos fatores que influenciam no desempenho dos alunos no que tange ao interesse educacional e ao rendimento escolar. (Brasil, 1996), (Pereira F. C., 2003), (Biazus, 2004) e (Martins C. B., 2000).

Para a **grade curricular** temos que quando desatualizada fica incompatível com as demandas da sociedade, do mercado e não se ajusta às exigências da profissão. São estudos do MEC (Brasil, 1996), Paredes (1994), Biazus (2004) e Veloso e Almeida (2002).

Em relação à **atuação e avaliação dos professores**, a Comissão de Estudos sobre Evasão (1996) e Bardagi e Hutz (2008) afirmam que a má atuação do docente contribui para que o aluno desista do curso. Entendendo que os primeiros períodos do curso são os que exercem maior impacto sobre o universitário, os professores, principalmente desses períodos, deveriam desenvolver práticas metodológicas qualificadas, motivadoras e significativas para que o acadêmico interaja com professores e colegas, criando um

vínculo com a instituição de ensino. Estudos nesse sentido foram realizados por Gomes (1999) e Biazus (2004) onde apontam a falta de respeito dos professores em relação aos discentes, a impontualidade dos docentes e a pouca motivação dos mesmos.

Em uma reflexão sobre a questão, Menegolla (1989, p. 28) expõe que “o professor necessita selecionar os conteúdos que não sejam portadores de ideologias destruidoras de individualidades ou que venham atender a interesses opostos aos indivíduos”.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (Neri, 2009) assinala um motivo que conduz à evasão que, na prática, os docentes e investigadores da área identificam com facilidade: muitos alunos deixam os seus cursos por desinteresse, sendo essa sua opção. Os números mostraram que 40.3% dos que desistem de estudar justificam a saída da escola pela falta de interesse, pois o jovem evadido desconhece o impacto que a falta de conhecimento terá em sua vida.

Amaral (2013) num estudo realizado sobre Evasão aponta que no Brasil e em outros países como França, Reino Unido e Suécia, a preocupação com o fenómeno da evasão discente começou na década de setenta. Em sua explanação, o autor referencia Andriola (2003) que afirma que a partir de 1972, o Ministério da Educação (MEC) e as universidades públicas manifestaram preocupação com o assunto, o que ocasionou o surgimento de alguns estudos. Adachi (2009) afirma que as pesquisas acerca da evasão realizadas no Brasil anteriores a esse período, mais especificamente na década de 80, constituíram-se predominantemente de uma série de levantamentos estatísticos e estudos de casos, realizados por iniciativa do Ministério da Educação em conjunto com universidades públicas, ou de análises localizadas de alguns cursos ou cidades.

Embora antes do ano de 1996 o número de evasão já fosse considerado gigantesco no Ensino Superior, o MEC reconhecia a necessidade de um estudo aprofundado que demonstrasse as causas do problema. Porém, as pesquisas realizadas com as universidades públicas não passaram de meras estatísticas, não se apresentando a causa do problema e tampouco soluções para minorar seu impacto. Pereira (2003) esclarece que foi nesse contexto que foi criada a Comissão do MEC denominada Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão. Segundo Adachi (2009), no Brasil a Educação tem um marco

que é considerado como divisor de águas no tema Evasão Escolar, que apresentou como objetivos:

Já na primeira reunião, a Comissão Especial, presidida pelo Professor Mozart Neves Ramos, definiu como objetivos específicos do estudo: 1. Aclarar o conceito de evasão, considerando suas dimensões concretas: evasão de curso, evasão da instituição e evasão do sistema de ensino superior; 2. Definir e aplicar metodologia homogeneizadora de coleta e tratamento de dados; 3. Identificar as taxas de diplomação, retenção e evasão dos cursos de graduação das IESP do país; 4. Apontar causas internas e externas da evasão, considerando as peculiaridades dos cursos e das regiões do país; 5. Definir estratégias de ação voltadas à redução dos índices de evasão nas universidades públicas brasileiras. (Brasil, 1996, p. 7)

Sobre o estudo realizado,

O estudo reúne um conjunto significativo de dados sobre o desempenho das universidades públicas brasileiras relativo aos índices de diplomação, retenção e evasão dos estudantes de seus cursos de graduação. Por sua abrangência nacional e pela adoção de um modelo metodológico capaz de dar uniformidade aos processos de coleta e tratamento dos dados, constitui-se em trabalho pioneiro e inovador de indiscutível relevância para o Sistema de Ensino Superior do país. Ao mesmo tempo que contribui para o autoconhecimento de cada instituição participante e lhe possibilita situar-se no panorama nacional, o estudo, por seu caráter, toma-se subsídio valioso à condução de uma avaliação objetiva dos resultados do sistema, avaliação esta indispensável para orientar políticas institucionais e governamentais mais eficazes, no sentido da melhoria do ensino de graduação (1996, p. 2).

Ao ser implantada a Comissão para este estudo, procurou-se unir forças com as instituições de ensino superior a fim de que pudessem fixar objetivos a serem traçados, bem como mais rapidamente se obter os dados a serem estudados. Buscou-se, conjuntamente implantar a metodologia adequada, o que não houve no estudo anterior, restando-se infrutífera a pesquisa.

Assim, foi planeada e redigida a metodologia, os conceitos, objetivos e procedimentos com intuito ímpar de se responder a problemática do estudo.

[...] a Comissão julga que o estudo, ao unificar uma metodologia, ao estabelecer conceitos, ao indicar procedimentos com base em critérios científicos, cumpre a função de um estudo pioneiro e instigante que: · contribui para melhor conhecimento e diagnóstico das IESP; · permite conduzir, de maneira mais objetiva e menos intuitiva, os processos de troca de experiências educacionais; · favorece a avaliação objetiva dos resultados das universidades, unificando minimamente conceitos

básicos; contribui para a melhoria da administração e funcionamento dos processos micro e macro administrativos (1996, p. 19).

A Comissão apresentou como conclusão de seu estudo, é preciso fazer uma análise minuciosa, um estudo de caso específico, como o presente estudo. Segundo a Comissão (1996, p. 2), essas pesquisas “necessitam ser complementadas por uma série de estudos cuja continuidade deve ser assegurada através de outros grupos de trabalho estabelecidos a nível local e nacional”. Somente buscando compreender esse processo em sua complexa dimensão é que as universidades adquirirão condições de agir consistentemente com o objetivo de minorar os problemas a ele afeitos. Cada instituição é única e possui a sua história.

Apresentou também propostas de melhorias onde destaca a necessidade de flexibilização dos currículos, bem como a constante formação dos docentes e a oferta de apoio pedagógico a estudantes com dificuldades de desempenho.

Fornari (2010) afirma que a evasão escolar aparece no cenário educacional como um problema significativo, pois suas consequências levam os indivíduos ao que se chama de exclusão, se tratando também de um problema social. Em consonância com este entendimento, encontramos Miranda (2006) que concorda que o problema da evasão escolar no país tem sido um dos maiores desafios a serem enfrentados pelas redes de ensino, pois suas consequências estão ligadas a muitos fatores nos diversos âmbitos: social, cultural, político e económico.

Dessa forma, é possível perceber que a análise do fenómeno evasão é bastante complexa (Brasil, 1996). Porém, todo o cenário evidencia que a evasão nada mais é do que um processo de exclusão, estejam ou não os excluídos cientes disso. Ela representa a negação não apenas das histórias de vida, mas das possibilidades reveladas pela aquisição do saber. Importante é estar ciente, no entanto, que enquanto a escola não for lugar de humanização, de aceitação do outro, problemáticas relacionadas ao fracasso escolar, tal como a evasão estarão sempre na pauta de discussões que, embora relevantes, carregam consigo apenas o mérito da repetição e o alento da utopia.

O contexto educacional clama para que o problema da evasão escolar seja atacado de modo estruturado e planejado com o intuito de erradicar o problema, proporcionando ao indivíduo uma formação sólida, bem como sua integração na comunidade, garantindo uma sociedade democrática e igualitária a todos.

1.3.1.1 - Breve Estado da Arte: estudos empíricos realizados no âmbito da evasão escolar

Consideramos a Pesquisa sobre o Estado da Arte como uma das partes mais interessantes de todo o estudo científico, uma vez que referencia o que já se tem descoberto sobre o tema pesquisado, evitando a perda de tempo com investigações já realizadas. Trata-se de uma atividade árdua por ser crítica e reflexiva. Não se deve iniciar um processo de colocação de dados sem refletir sobre eles, sem relacioná-los com a temática desenvolvida, sem interagir com o autor, apresentando um novo texto, com força argumentativa e conclusões adquiridas pela reflexão.

Assim, nossa pesquisa foi desenvolvida contando com a modalidade Estado da Arte, com objetivo de analisar o que apontam as pesquisas empíricas que examinam a Evasão Escolar no Ensino Superior. Para Romanowski e Ens (2006, p. 39), as pesquisas do tipo estado da arte tem por objetivo “apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática”. Para as autoras, configura-se no “[...] esclarecimento da posição do pesquisador e de seu objeto de estudo na elaboração de um texto narrativo, a concepção de ciência e a sua contribuição epistêmica no campo do conhecimento”. (2006, p. 40)

Podemos acrescentar os ensinamentos de Teixeira e Megid Neto (2005, p. 18) que reconhecem a importância deste tipo de pesquisa, bem como sua complexidade, demonstrando que “O pesquisador que deseja se dedicar a este tipo de pesquisa deveria, então, buscar informações sobre esses trabalhos. No caso dos periódicos e comunicações apresentadas em eventos, é necessário ter acesso aos exemplares das revistas e atas dos eventos, geralmente disponíveis nas bibliotecas das instituições de nível superior”.

Estudos realizados por Salomon (1991) indicam que o investigador ao utilizar a técnica do Estado da Arte, no momento em que desenvolve para o leitor o tema, passa, nesse momento a ser filósofo da sua investigação, abandonando as técnicas da pesquisa com o intuito de usar os recursos da lógica da demonstração.

No mesmo segmento encontramos Therrien (2004, p. 7) que aponta que a finalidade desse tipo de pesquisa é “levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance”. Ainda nesse contexto, também nos traz importante ensinamento Ferreira (2002, p. 257), quando pronuncia que é o “desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos de conhecimento, tentando responder que aspetos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares”. E continua: a afirmar que “Nos últimos quinze anos tem-se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento” (p. 2)

No Estado da Arte do presente trabalho, a explicação científica se fez através da análise de cinco dissertações selecionadas com os descritores “Evasão no Ensino Superior”, pesquisadas e estudadas desde a última quinzena do mês de janeiro e todo o mês de fevereiro de 2018. É possível apontar que esta pesquisa foi ancorada no estudo de revisão que realiza o mapeamento da produção bibliográfica envolvendo o tema delimitado, sendo o seu conjunto composto de teses e dissertações pesquisados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Informações do site Oficial da Instituição dão conta que “A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) segue os preceitos da Iniciativa de Arquivos Abertos (OAI), adotando assim, o modelo baseado em padrões de interoperabilidade”.

Inicialmente tivemos como meta utilizar os bancos de dados do Recil – Repositório Científico Lusófona juntamente com o banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD. As escolhas se deram em razão dos bancos de dados exporem vasta listagem de teses e dissertações concentradas num só portal de busca.

Sobre a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, temos a informar que integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. O acesso a essa produção científica é livre de quaisquer custos. A BDTD contribui para o aumento de conteúdos de teses e dissertações brasileiras na internet, o que significa a maior visibilidade da produção científica nacional e a difusão de informações de interesse científico e

tecnológico para a sociedade em geral. Além disso, a BDTD também proporciona maior visibilidade e governança do investimento realizado em programas de pós-graduação.

O Repositório Científico Lusófona é um serviço digital que congrega os trabalhos científicos produzidos pela própria Universidade, disponibilizando de forma pública e universal a produção científica da Instituição. O acesso e visibilidade às teses e dissertações da BDBT pode ser acedida através do site <http://bdtd.ibict.br/vufind/> e do Recil pelo endereço eletrônico <http://recil.grupolusofona.pt/> sendo possível observar nas suas páginas iniciais o campo para o preenchimento com os termos de pesquisa, apresentando como delimitadores de pesquisa do estudo, a pesquisa através de todos os campos, de títulos, de autor, de assunto e de instituição.

Justifica-se a escolha destes bancos de dados, pois permitem estabelecer relações das buscas por ano das publicações e por ser a unidade de pesquisa. Optamos por estabelecer o lapso temporal de 2008 a 2018. A delimitação do período da pesquisa levou em consideração os estudos de uma década, ou seja, do início do desenvolvimento dos estudos – 2018, retrocedemos dez anos.

A BDTD apresenta os números de instituições participantes do banco de dados bem como o número de documentos, dividindo-se em teses e dissertações. O Recil apresenta os trabalhos apresentados na Universidade para a obtenção do Grau de Mestre e Doutor, os artigos publicados nas revistas científicas e os relatórios de atividades científicas da Instituição. Assim sendo, o resultado da pesquisa se dá pelo número de teses disponíveis.

Considerando que o objeto deste estudo é a investigação sobre a permanência escolar, utilizamos como primeiro descritor, na seleção das publicações que foram incorporadas ao levantamento bibliográfico: Evasão no Ensino Superior.

A partir da formulação dos descritores e da escolha do banco de dados a ser utilizado, iniciamos a pesquisa nos acervos mencionados acima.

Ao realizarmos a mesma pesquisa no Recil, tomamos conhecimento de que a pesquisa por data se dá de forma diferente do banco de dados da BDTD: o Recil permite uma busca com a data específica, porém, não permite a busca nos anos delimitados para o estudo, ou seja, permite que se faça uma pesquisa de um determinado ano, ou ainda de

um mês em determinado ano, mas, não permite uma pesquisa mais avançada dos anos compreendidos entre 2008 a 2018, como planeamos. Ao lançarmos os descritores escolhidos para a pesquisa em tela no site do Recil, não obtivemos respostas específicas para a pesquisa. A requisição para a pesquisa dos descritores "Evasão no Ensino Superior" produziu 1581 resultados, porém, tratando do tema Evasão em outros segmentos da educação diferentemente do Ensino Superior, não abrangendo nosso objetivo de estudo. Assim, optamos contar somente com o banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses – BDBT. Na pesquisa com os descritores “Evasão no Ensino Superior”, período de 2008 a 2018 na BDTD, obtivemos 1911 respostas. Destas, escolhemos para nosso estudo cinco dissertações.

1.3.1.2 – Análise dos estudos empíricos selecionados

Após se concluir o mapeamento através das categorizações mencionadas no capítulo anterior, apresenta-se os títulos e os objetivos gerais das pesquisas selecionadas bem como seus autores no contexto da pesquisa dos descritores **evasão; ensino superior**. É possível observar, nas tabelas que apresentamos a seguir, que as pesquisas analisam, de forma geral, a evasão no ensino superior mediante diversos aspectos.

Ao finalizar a leitura dos trabalhos selecionados, buscou-se identificar a problemática e conhecer os objetivos gerais de cada pesquisa. Em análise das palavras-chave constatamos que o termo **Evasão** esteve presente em todas as pesquisas, ou seja, nas cinco pesquisas selecionadas. Já o termo **Ensino Superior** apareceu em três das cinco pesquisas. Nas pesquisas em que este termo não apareceu, fica evidente que o estudo também foi realizado no Ensino Superior já que está implícito no tema.

(i) **Pesquisa de Mallmann (2013)**

Para compreender melhor as pesquisas empíricas realizadas, depois de selecionar as cinco que estavam mais diretamente relacionadas com a temática em estudo, elaborámos uma tabela com os principais itens da mesma e fizemos algumas considerações, para situar cada investigação.

Tabela 2 – Indicadores da Pesquisa de Mallmann (2013)

Título da Dissertação	Evasão no curso de graduação em ciências econômicas - presencial - da Universidade Federal de Santa Catarina
Endereço Eletrônico	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107027
Autor	Mallmann, Ana Aparecida Gomes
Instituição	Universidade Federal de Santa Catarina
Tipo de Pesquisa	Dissertação
Ano	2013
Palavras-chave	Evasão. Alunos abandono-desistentes. Curso de Ciências Econômicas. UFSC.
Questão de Partida	Quais são as causas de evasão apontadas pelos ex-alunos do curso de graduação em Ciências Econômicas1 - presencial2 - da Universidade Federal de Santa Catarina, matriculados no período de 2006 a 2012?
Objetivo	Descrever e analisar as causas da evasão no curso de graduação em Ciências Econômicas – presencial - da UFSC, a partir do depoimento dos alunos que evadiram no período de 2006 a 2012.

Em outro momento de sua pesquisa, a autora afirma que:

Tendo em vista a ocorrência do grande número de abandonos e trancamentos de matrícula no curso de graduação em Ciências Econômicas – presencial – da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC –, e a falta de informações sobre o assunto, surgiu o interesse por essa pesquisa. Mesmo com interesses emergentes, ainda são poucos os trabalhos científicos sobre evasão acadêmica e, mais especificamente, no curso de graduação em Ciências Econômicas – presencial. Não foi identificada dissertação ou tese com pesquisas a respeito dos motivos pelos quais um grande número de alunos está desistindo do referido curso. Além disso, o fato desta pesquisadora atuar como servidora técnica na coordenadoria de cursos influenciou na elaboração da pesquisa e se tornou um fator favorável para a sua realização, dadas as facilidades na obtenção de todas as informações necessárias. (p. 31)

E para responder à questão de partida, a autora conclui em seu estudo que o motivo relevante da evasão na Instituição estudada, com um percentual de 54% foi o curso não ter atendido as expectativas dos discentes. Em seguida, foi apontado o desencanto ou a desmotivação com o conteúdo do curso e, com 27% das respostas, a reduzida aproximação entre a teoria e a prática.

(ii) Pesquisa de Padilha (2015)

Tabela 3– Indicadores da Pesquisa de Padilha (2015)

Título da Dissertação	Evasão universitária no curso de Ciências Contábeis de instituições de ensino superior do Sistema ACADE
Endereço Eletrônico	http://www.bc.furb.br/docs/DS/2015/362736_1_1.pdf
Autor	Padilha, Edilson Sidnei
Instituição	Universidade Regional de Blumenau
Tipo de Pesquisa	Dissertação
Ano	2015
Palavras-chave	Evasão Universitária; Instituições de Ensino Superior ; Sistema ACADE
Questão de Partida	Como ocorre a evasão universitária nos cursos de Ciências Contábeis de IES do sistema ACADE na percepção dos coordenadores de curso?
Objetivo	Analisar a percepção de coordenadores em relação à evasão universitária nos cursos de Ciências Contábeis de Instituições de Educação Superior do Sistema ACADE.

Relativamente ao objetivo geral proposto por Padilha (2015), este se propõe a verificar os tipos de evasão que ocorrem nas IES pesquisadas, na percepção dos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis de IES do Sistema ACADE. Em sua conclusão, o autor percebeu que a evasão tem ocorrido com destaque nos primeiros semestres do curso e o tipo que mais tem se destacado é a evasão definitiva e interna. Nesse caso, o aluno realiza a troca do curso de Ciências Contábeis para outro e não retorna mais para o curso. Essa ação gera perda de representatividade para o curso na IES.

O autor segue sua explanação e apresenta sua justificativa para o estudo, a saber:

A justificativa prática é decorrente da importância de realizar estudos a respeito da evasão universitária nos cursos de Ciências Contábeis nas IES do Sistema ACADE, pois as instituições têm buscado constantemente formas de diminuir o número de alunos que evadem de seus cursos. Sendo assim, esta pesquisa estende suas contribuições aos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis de modo que estes disponham de mais informações a respeito das causas pelas quais os alunos podem ser levados a desistirem do curso e da instituição. (p. 19)

(iii) **Pesquisa de Lopes (2014)****Tabela 4 – Indicadores da Pesquisa de Lopes (2014)**

Título da Dissertação	Evasão nos cursos de graduação em Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior da região sul do Brasil
Endereço Eletrônico	http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4154
Autor	Lopes, João Cleber de Souza
Instituição	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Tipo de Pesquisa	Dissertação
Ano	2014
Palavras-chave	Evasão, Ensino Superior, Curso de ciências contábeis
Questão de Partida	Quais as causas de evasão de alunos dos cursos de ciências contábeis de Instituições de Ensino superior no Sul do Brasil?
Objetivo	Analisar as causas de evasão de alunos dos cursos de ciências contábeis de Instituições de Ensino superior no Sul do Brasil.

A pesquisa realizada por Lopes (2014) aponta como fatores que contribuíram para a Evasão, as dificuldades financeiras enfrentadas pelos alunos, a sua falta de vocação para atuar na área contábil, os problemas relacionados com a escolha do curso e a falta de motivação dos docentes. Não foram apresentados como motivos para a evasão, no entendimento dos respondentes, o fato da maioria dos Cursos de Ciências Contábeis serem ofertados no período noturno, da grande maioria dos discentes morarem longe do campus e de uma possível existência de problemas de relacionamentos entre docentes e alunos.

(iv) **Pesquisa de Fávero (2014)****Tabela 5 – Indicadores da Pesquisa de Fávero (2014)**

Título da Dissertação	Análise discriminante dos níveis de evasão de uma instituição de ensino superior - IES /
Endereço Eletrônico	http://www.bc.furb.br/docs/DS/2014/359004_1_1.pdf
Autor	Favero, Jéferson Deleon
Instituição	Universidade Regional de Santa Catarina

Tipo de Pesquisa	Dissertação
Ano	2014
Palavras-chave	<u>Ensino superior Santa Catarina, Universidades e faculdades Evasão escolar, Universidades e faculdades Administração Santa Catarina, Comunidade e universidade Santa Catarina</u>
Questão de Partida	Quais as dimensões que discriminam os níveis de evasão do ensino superior?
Objetivo	Analisar as dimensões que discriminam a evasão do curso, da instituição e do sistema.

De acordo com Fávero (2014), seu estudo teve a intenção de oferecer subsídio informativo e estratégico às IES perante os achados no período de estudo sobre a temática de evasão no ensino superior. Tem-se também a contribuição à academia como um todo, ofertando um panorama concreto conforme diagnóstico desta produção, como também propostas alternativas à minimização do fenômeno da evasão nas IES, com vistas à busca da melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, deixando recomendações de futuras pesquisas que podem ser realizadas tendo como base os resultados obtidos, uma vez que seu estudo, por si só, não necessariamente considera-se finito. A pesquisa realizada pode ser expandida, como também reduzida, utilizando-se somente aquelas variáveis que tendem a ter maior influência sobre a evasão e que foram identificadas no estudo.

O autor conclui seu estudo com a afirmação de que foi possível responder aos objetivos propostos, bem como à pergunta de partida. Ao analisar as respostas dos evadidos, o autor observa uma diversidade na percepção daqueles, visto haver uma variação nas médias das dimensões quando analisadas individualmente. De início foram analisadas oito dimensões, sendo que duas tiveram destaque e foram consideradas significantes, seja a vida pessoal e a disponibilidade de tempo para estudo. Em seguida, o autor voltou seus estudos para as duas dimensões consideradas significativas, a dimensão disponibilidade de tempo para o estudo perdeu a sua significância. Assim, a pesquisa apontou com poder discriminante dos níveis de evasão no ensino superior a dimensão vida pessoal.

(v) **Pesquisa de Neto (2014)**

Tabela 6 – Indicadores da Pesquisa de Neto (2014)

Título da Dissertação	Análise dos fatores da evasão discente de uma IES privada de Fortaleza - Ce
Endereço Eletrônico	http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15259
Autor	Neto, Gil Camelo
Instituição	Universidade Federal do Ceará
Tipo de Pesquisa	Dissertação
Ano	2014
Palavras-chave	Ensino Superior. Evasão Discente. Gestão da Educação Superior. Instituição de Ensino Superior Privada.
Questão de Partida	Que fatores mais representam a evasão dos alunos de turno noturno em uma IES Privada em Fortaleza?
Objetivo	Analisar os fatores de evasão discente sob o ponto de vista de docentes e discentes, do turno noturno de uma unidade específica de uma IES Privada de Fortaleza, no período de 2013.2 a 2014.1.

Os resultados do estudo realizado por Neto (2014) demonstram que a pesquisa realizada se demonstrou muito satisfatória. Informa que atingiu o objetivo geral que era analisar os fatores de evasão discente sob o ponto de vista dos professores e alunos no período noturno de uma Universidade Privada. E para a problemática “Que fatores mais representam a evasão dos alunos de turno noturno de uma instituição de ensino superior privada em Fortaleza”? o autor encontrou a resposta, que são os fatores de ordem institucional e pessoal, apontando que o primeiro motivo, de ordem institucional, apresenta maior peso na responsabilidade da evasão.

Nas conclusões das investigações analisadas, pode-se perceber que os trabalhos de revisão bibliográfica no campo da Educação com os descritores Evasão no Ensino Superior cresceram quantitativamente nos últimos anos. Os desfechos destas pesquisas corroboram os ensinamentos de Teixeira e Megid Neto (2005), ao considerarem de suma importância a constituição de métodos reflexivos e contínuos sobre a qualidade dos estudos sobre a evasão no ensino superior em nosso país. Para os autores,

É fundamental, pois, estabelecer processo reflexivo sobre a qualidade da pesquisa em educação realizada no Brasil. Uma das questões importantes a analisar refere-se ao impacto dessas pesquisas, em termos

de geração de conhecimentos e constituição de um corpo sólido e abrangente de saberes capazes de impulsionar essa área da pesquisa e a melhoria da qualidade educativa nos mais diversos níveis de ensino. Outro aspecto a apontar diz respeito ao estado da arte da produção acadêmica nesse campo, quais as suas contribuições, os pontos de redundância, as deficiências e as lacunas ainda a preencher, além das novas demandas para a pesquisa no futuro próximo. (p. 95)

Contudo, torna-se imperioso lembrar que a Comissão sobre a Evasão Escolar no ensino superior realizada pelo MEC no ano de 1996 recomenda que cada Instituição analise as causas do seu espaço e, dessa forma, possa diagnosticar o problema.

CAPÍTULO 2 – DA PROBLEMÁTICA AOS OBJETIVOS

Segundo Quivy e Campenhoudt (2005), a problemática é a abordagem ou a perspectiva teórica que se decide adotar para tratar o problema colocado pela pergunta de partida e uma maneira de interrogar os fenômenos estudados. A sua formulação vai nos permitir delimitar o nosso objeto de estudo.

Assim sendo, a definição da questão de partida e dos objetivos propostos nos ajudarão a não nos desviar do caminho previamente traçado.

2.1 – Problemática

Sabemos que a Evasão Escolar é considerada como uma das deficiências mais preocupantes do sistema educacional do Brasil e esse tema não é recente. Questão longe de ser resolvida, vem sido discutida com muito afinho nos últimos tempos por investigadores e profissionais envolvidos na educação. É um acontecimento que se encontra presente em todas as modalidades de ensino, portanto, também no Ensino Superior.

O MEC (2018) afirma que

Cada vez mais, em um mundo onde o conhecimento se sobrepõe aos recursos naturais como fator de desenvolvimento humano, cresce a importância da escolarização e, em particular, da educação superior. Ampliar e democratizar o acesso à educação superior de qualidade a partir do reconhecimento do papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social do país é o principal objetivo do Ministério da Educação neste eixo de atuação. Proporcionar este nível de ensino a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a inclusão social e para a geração de trabalho e renda.

Dessa forma, novas instituições foram instituídas e diversos cursos foram criados tendo em vista a ampliação de oportunidades de estudos a um número maior de estudantes, como também o atendimento a um mercado de trabalho que exige cada vez mais qualificação e aperfeiçoamento dos indivíduos, já que a evolução rápida do mundo exige uma atualização contínua de saberes.

No entanto, fica evidente que a proposta de redemocratização do ensino superior mencionado pelo Ministério da Educação deve ir além da ampliação de vagas para o acesso dos estudantes, mas, precisa perpassar também situações e propostas que

favoreçam a permanência do aluno na instituição e o seu bom desempenho acadêmico ao longo do curso, de forma a proporcionar por meio de um ensino de qualidade, a efetiva promoção social desse indivíduo.

Para esse fim, é fundamental tomar conhecimento de forma aprofundada das variadas motivações e situações ligadas ao processo da evasão escolar, identificando-as com o objetivo ímpar de erradicarmos o fenômeno evasão ou, ao menos diminuirmos os números. Se assim não for, os crescentes e alarmantes números de evasão escolar acarretam graves problemas, tanto para as instituições de ensino quanto para os próprios alunos.

Diante do exposto, o interesse pela temática que investiga o fenômeno da evasão escolar no ensino superior surgiu a partir da experiência do trabalho desenvolvido como Técnica Administrativa em Educação, lotada na Secretaria Acadêmica da Instituição objeto desse estudo, inaugurada em 2014, a qual abriu as portas com vagas para cinco cursos de graduação visando suprir as necessidades do mercado de trabalho regional e nacional. No entanto, embora visível a grande expectativa dos estudantes em torno da implementação do novo Campus, foi possível verificar a ocorrência do fenômeno evasão ao longo dos anos.

Em vista disso, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre a questão e obter o maior número de informações no tocante à evasão escolar, a ideia do estudo volta-se para a investigação dos dados de todos os alunos que ingressaram nos cinco cursos de graduação nos anos de 2014 e 2015 e se evadiram até o final do ano de 2017. É válido destacar que a escolha de pesquisar os alunos evadidos nos cinco cursos ofertados no Campus se deu porque o número de sujeitos para o ano de 2014 seria limitado. Sabemos que quanto maior for o número de sujeitos, mais informação será obtida e mais consistentes serão os resultados, daí se optando por abranger também os alunos que ingressaram no ano de 2015 e se evadiram.

Assim sendo, direcionamos como questão de partida para o desenvolvimento deste trabalho de investigação, na tentativa de compreender o fenômeno da evasão escolar: *por que os alunos abandonam os seus cursos?* E, com certeza de que a questão proposta nos conduz a tantas outras, traçamos os propósitos de pesquisa.

2.2 – Objetivos

Para Gil (2010), o objetivo da pesquisa é encontrar respostas para problemas utilizando-se de procedimentos científicos, ou seja, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. A presente pesquisa foi realizada por meio de coleta sistemática de dados que pudessem atender aos objetivos propostos que serão demonstrados a seguir:

2.2.1 – *Objetivo Geral*

- Perceber as principais causas da evasão escolar em cinco cursos de graduação de uma Instituição Pública no interior do Paraná.

2.2.2 – *Objetivos Específicos*

- Identificar o quantitativo de alunos evadidos dos cinco cursos de graduação que ingressaram nos anos de 2014 e 2015 e se evadiram até o final do ano de 2017;
- analisar as causas que levam à evasão;
- identificar qual o curso da Instituição que é responsável pela maior taxa de evasão;
- analisar se os Planos Pedagógicos de cada curso, estão, na realidade, favorecendo a aprendizagem dos discentes e se configuram as pretensões e ansiedades da comunidade acadêmica;
- caracterizar o perfil dos alunos evadidos.

CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Neste capítulo apresentaremos os procedimentos metodológicos da investigação, entre eles a natureza da pesquisa, os sujeitos, o contexto, as técnicas e os procedimentos utilizados para a coleta e análise de dados.

É oportuno salientar que Metodologia significa etimologicamente o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência (Demo, 1987). Ainda segundo esse autor, “importante é a questão metodológica que coloca o desafio de como proceder: nas linhas, desenha os passos da análise (bibliografia básica, dados a serem utilizados ou produzidos, modo de interpretação, preferência de posicionamento científico, fases da empreitada)” (1991, p. 66).

3.1 – Tipo de Pesquisa

Esta pesquisa buscou as técnicas necessárias para a realização de uma **pesquisa qualitativa e quantitativa**, para estudar a evasão escolar numa Universidade Pública no interior do Paraná, utilizando a pesquisa documental e o inquérito por questionário.

A opção pela pesquisa qualitativa fundamenta-se na prerrogativa de podermos descrever e abordar, de forma minuciosa, a realidade em estudo e analisar os principais motivos que motivaram a evasão escolar.

Minayo (1994, pp. 6-7) preceitua que

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto à utilização dos dois métodos juntos numa mesma pesquisa, Francisco (2010) expõe:

Os métodos quantitativo e qualitativo não se excluem ou são opostos, mas complementam-se num processo de investigação pelas suas potencialidades e debilidades. Ao contrário do método qualitativo, o método quantitativo é mais experimental. Deve ser tido em conta que

estatisticamente até os dados de análise qualitativa podem ser tratados quantitativamente.

Meirinho e Osório (2010, p. 51) pactuam dessa mesma opinião e indicam em sua pesquisa que

Existem autores, como por exemplo Yin e Flick que salientam a relevância de utilizar, em alguns métodos de investigação, simultaneamente dados qualitativos e quantitativos. A utilização de dados qualitativos e quantitativos, na mesma investigação, vai no sentido de olhar para estas metodologias como complementares e não como opostas ou rivais.

A abordagem quanti-qualitativa é, segundo Polit e Hungler (1995, p. 277), “aquela que permite a complementação entre palavras e números, as duas linguagens fundamentais da comunicação humana”.

Porque o nosso estudo recai numa Universidade do interior do Paraná, procurando perceber e aprofundar o que leva os estudantes desta universidade a abandonar a instituição, consideramos que se trata de um estudo de caso.

Segundo Yin (2005) existem várias formas de se fazer uma pesquisa: estudo de caso, levantamentos, análises de informações e experimentos. Considera o Estudo de Caso apenas uma das maneiras de se realizar pesquisas nas ciências sociais, nas áreas direcionadas à prática e ainda para a pesquisa de teses e dissertações. Vejamos:

Estudo de Caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos contemporâneos. O Estudo de Caso conta com muitas técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. (2005, p. 32)

Para Nascimento (2008, p. 103) o Estudo de Caso

É uma estratégia que compreende a explicação de outras implicações, relacionadas ao contexto específico do objeto de estudo. Permite uma investigação que possa preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real, é uma estratégia escolhida ao se examinar acontecimentos contemporâneos quando não se pode manipular comportamentos relevantes, ou seja, os dados que a realidade oferece para a análise são o que há de mais relevante na pesquisa.

Ressalta ainda o autor que cada forma de pesquisa apresenta seus prós e contras. Não existe um método que se sobressaia sobre o outro. O investigador deve ter em mente

o que quer investigar (seu objetivo) e adequá-lo às condições em que sua pesquisa está sendo realizada. A questão mais importante para se diferenciar estratégias de pesquisa é identificar na mesma o tipo de questão a ser levantada. Assim, se o pesquisador possui como objetivo da pesquisa responder a questões do tipo “como” e “por que” a pesquisa ideal é o estudo de caso.

Para complementar o ensinamento desse autor, surgem Marins e Theóphilo (2009, p. 68) afirmando que “o estudo de caso permite a penetração na realidade social onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação, descrevendo e compreendendo a complexidade de um caso concreto”.

A abordagem descritiva do estudo remete-se à descrição das características de determinada população, ou seja, “expõe características de determinada população ou determinado fenômeno” (Vergara, 2009, p. 42). No caso em tela, a apresentação do número de alunos evadidos acompanhado das descrições das causas que o levaram ao fim, justifica a modalidade descritiva da pesquisa.

No conhecimento de Araújo (2010, p. 85) uma pesquisa descritiva é aquela que “dá uma ideia bastante precisa da natureza do tema, contendo procedimentos formais de coleta de dados. Possui objetivos bem definidos. Usada quando se deseja descrever as características do fenômeno”.

A partir do interesse em conhecer a realidade dos alunos evadidos e explicar as características do fenômeno evasão na Instituição e justificar seus motivos, resta comprovado o caráter descritivo da pesquisa.

A pesquisa documental do estudo se dá pela análise de documentos internos da instituição disponíveis na Secretaria Acadêmica dos Cursos e suas Coordenações, responsáveis por arquivarem todos os dados acadêmicos dos alunos e documentos referentes aos cursos.

Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 2) são da opinião de que

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Sobre este tema, Cellard (2008, p. 295) apresenta sua brilhante contribuição:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

Diante da necessidade da pesquisa estudar um evento realizado no passado, ou seja, o fenômeno da evasão escolar ocorrida desde o ano de 2014 até o final de 2017, reportamo-nos à forma de pesquisa *ex post facto*, pois, conforme os ensinamentos de Gil (2010), a pesquisa lida com variáveis não manipuláveis que, quando chegam ao conhecimento do pesquisador, já exerceram os seus efeitos sobre a realidade, refere-se ao fato já ocorrido.

No ponto de vista de Diehl e Tatim (2004, p. 54), trata-se de um “experimento que se realiza depois dos fatos. Na verdade, não consiste rigorosamente de um experimento, posto que o pesquisador não tem controle sobre as variáveis. Todavia, os procedimentos lógicos de delineamento *ex-post-facto* são semelhantes aos dos experimentos propriamente ditos”.

3.2- Contexto da Investigação

Segundo informações colhidas no site da Instituição, o Município situado na mesorregião Norte Central Paranaense possui uma população de pouco mais de 20 mil habitantes. A cidade criada pela Companhia de Terras do Norte do Paraná foi uma das últimas realizações daquela organização imobiliária. O patrimônio aberto em 1942 tornou-se desde logo, um centro de convergência de agricultores vindos de todas as regiões do País, atraídos pelas belas perspectivas oferecidas pelo solo fértil e pelo cultivo do café. (UFPR, 2014)

Mesmo contando com uma pequena população, o Município tinha conhecimento de que com a criação do Campus deveria atender todos os habitantes dos 28 municípios que compõem o Vale do Ivaí.

Dessa forma, o Campus estudado constitui-se como um dos *campi* da UFPR e é regido pela Legislação Federal aplicável, pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da Instituição, bem como pelo seu Regimento Interno. Possui como missão: fomentar,

construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano sustentável.

Em complementaridade à missão descrita, seus valores são assim definidos: Comprometimento com a construção do saber e formação de profissionais competentes e compromissados socialmente; Ambiente pluralista, onde o debate público é instrumento da convivência democrática; Preservação e disseminação da cultura brasileira; Proposição de políticas públicas; Comprometimento da comunidade universitária com a Instituição; Gestão participativa, dinâmica e transparente comprometida com melhores condições de trabalho e qualidade de vida; Eficiência, eficácia e efetividade no desenvolvimento das atividades institucionais; Isonomia no tratamento dispensado às Unidades da Instituição; Respeito aos critérios institucionais usados na alocação interna de recursos e Cultura de planejamento e avaliação contínua da vida universitária.

As atividades do Campus tiveram início em fevereiro de 2014, num esforço da Administração Central e da Comissão de Implantação do Campus, contando com aproximadamente 130 alunos. Desde então, exerce suas atividades em caráter provisório num prédio alugado, lugar ocupado também por uma Faculdade Privada, ofertando vagas para cinco cursos de graduação, a saber: Licenciatura em Ciências Exatas, Licenciatura em Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos e Engenharia de Produção. Vale ressaltar que oferta anualmente 250 vagas divididas nos cinco cursos de graduação.

Os primeiros ingressos na Universidade se deram através do Sistema de Seleção Unificada (SISU). No entanto, a partir do ano de 2015 o campus passou a oferecer o vestibular como meio de ingresso. Contando com apenas quatro anos de existência, a Instituição vem construindo a sua identidade por meio de realização de um trabalho conjunto com a comunidade.

Com o intuito de atender aos objetivos propostos e oferecer um ensino de excelência, a sede própria está sendo construída num terreno doado pelo Município. Atualmente o Campus conta com aproximadamente 500 alunos, 34 professores e 34 servidores técnico-administrativos.

A Universidade estabelece importantes parcerias com instituições de pesquisas públicas e privadas objetivando a integração Universidade/Comunidade. A escolha pela Instituição foi motivada pela apresentação do alto índice de evasão escolar por alunos e

não ter nenhum registro de pesquisa desenvolvida acerca do assunto nesta unidade de ensino.

3.2.1 – *A Instituição Estudada*

Depois do descobrimento e mesmo após se estabelecerem no país, os portugueses não objetivaram edificar nenhuma instituição de ensino superior, cabendo essa tarefa inicialmente aos jesuítas, transcorridos 50 anos do descobrimento do Brasil, ou seja, em 1550. Não era conveniente proporcionar conhecimento ao povo já que isso poderia levar a movimentos de independência. Os estudantes brasileiros com mais fontes econômicas se dirigiam a Portugal para estudar. Porém, no século XIX, com a Independência do Brasil, houve a criação de cursos superiores no País. Já não era preciso se deslocar a Coimbra para completar seus estudos. Com a persistência dos jesuítas, apenas algumas instituições de ensino superior existiam no país, todos cursos focados na educação profissional. Depois de algumas tentativas de se criar uma universidade, todas se restaram infrutíferas (Gomes A. C., 2016).

A sua primeira Constituição Federal promulgada em 1824 nada menciona acerca do assunto “criação de universidade”, ou seja, a promessa do Governo ao povo não foi cumprida. O Brasil torna-se república em 1889.

Em 1892, o político paranaense Rocha Pombo, jornalista, advogado, professor, historiador, político e escritor brasileiro, lança o início de novos tempos, um período que assinala a edificação de uma futura universidade no Estado do Paraná. Ocorre que o projeto não teve continuidade devido à Revolução que ocorria no sul do País.

O Estado do Paraná, localizado na região sul do País, se encontrava num galopante processo de desenvolvimento. Era preciso contar com pessoas capacitadas. Para tal, era necessário disponibilizar formação adequada àquelas. É lançado um movimento para fundar a primeira universidade do Estado e do País, a Universidade do Paraná. Com o apoio de uma liderança política esse sonho se concretizou a menos de um século, após a independência de Portugal.

No dia 19 de dezembro de 1912, foi criada a Universidade do Paraná, tendo começado a prestar seus serviços já no ano de 1913, porém, como instituição particular. Victor Ferreira do Amaral, médico, educador e político brasileiro foi o idealizador da criação da Universidade do Paraná – foi também seu primeiro reitor – e iniciou com

louvor a construção do prédio central, na Praça Santos Andrade, região central de Curitiba em um terreno doado pela prefeitura.

As primeiras dificuldades surgem em 1914 no período da Primeira Guerra Mundial. Houve recessão econômica. Porém, a maior dificuldade encontrada a nível educacional foi o ordenamento por parte do Governo para que as Universidades particulares fossem fechadas. O Governo tinha como objetivo aplicar seu poder sobre as mesmas. Era preciso achar uma solução urgente para evitar essa retrocessão no ensino. Mas, qual? Depois de algumas análises por pessoas competentes no assunto, encontrou-se uma lacuna na lei que permitia o desmembramento da Universidade em várias faculdades, todas independentes. Isso evitaria seu fechamento. E assim foi feito.

Nos 30 anos que se seguiram, o objetivo era o inverso: ou seja, colocar a Universidade no *status quo ante*, tendo tal objetivo sido alcançado no fim da década de 40. Em 1950 tornou-se Universidade *Federal* do Paraná. Com esse avanço, a universidade deu um grande salto, consolidando-se com a edificação do Hospital de Clínicas da Universidade e também da sede da Reitoria.

A Universidade Federal do Paraná é considerada como sendo uma das maiores instituições de ensino e investigação científica do Brasil, estando entre as melhores do País. A Universidade Federal do Paraná- UFPR assume um espírito secular de universidade no Brasil. Trata-se da mais antiga universidade do Brasil e “a menina dos olhos” da cidade de Curitiba, a capital do Estado do Paraná. Desde a sua fundação foi marcada por contendas e glórias, alcançando o respeito no ensino superior, não só no Estado, no Brasil e até outros países. São 105 anos de história, marcada por perseverança e resistência.

Atualmente a Universidade Federal do Paraná é uma realidade muito distinta da Universidade imaginada pelos seus idealizadores. A comunidade interna da UFPR é composta por mais de 49.950 pessoas comprometidas com a produção do conhecimento e com sua transmissão e que vivem intensamente o dia-a-dia da Instituição.

Segundo informações prestadas por servidores do NAA – Núcleo de Assuntos Acadêmicos da UFPR, a comunidade estudantil é composta por 31.000 alunos de graduação e 7.000 alunos na pós-graduação.

A qualificação de excelência do corpo docente (em 2014, 82% dos 2445 eram mestres e doutores) garante a elevada qualidade da formação da Universidade Federal do

Paraná, que a torna na Universidade brasileira com um nível altíssimo de procura pelos candidatos ao Ensino Superior e a eleita dos estudantes com os melhores rendimentos escolares. São profissionais comprometidos com o ensino de qualidade, bem como a produção de conhecimentos. Sabemos que a autonomia de um país é uma meta e passa necessariamente por um desenvolvimento científico e tecnológico avançado. Os professores da UFPR contribuem para que esse objetivo seja atingido.

No ano de 2016 foram oferecidas à comunidade 4706 vagas no vestibular (prova para ingresso) com mais de 48.000 inscritos nos 95 cursos de graduação presencial oferecidos pela Instituição. Cursos que cobrem todas as áreas do conhecimento, das ciências básicas como física, química e matemática até as áreas humanas como Direito, Economia, História e Ciências Sociais.

O número de técnicos administrativos se aproxima dos 6500, levando-se em conta o número de servidores que prestam serviços no Hospital da UFPR. Servidores que batalham com garra nas diversas áreas, acompanhando estudantes e docentes nos laboratórios; auxiliando salvar vidas no hospital universitário, dentre outros serviços desenvolvidos brilhantemente na área administrativa.

A Universidade demonstra seu mérito e sua superioridade no ensino através dos cursos de graduação, especialização, mestrado, doutorado, aperfeiçoamento, cursos técnicos e à distância. A UFPR possui soluções de ensino para todos os indivíduos. Os cursos ofertados são guiados pelo princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. É através desse tripé que se destaca e é valorizada a sua função social, pois todo ensino, pesquisa e atividade de extensão deve devolver a esta comunidade, em forma de conhecimento, tecnologia e cultura, os recursos públicos que a permitem existir enquanto instituição Federal de Ensino Superior.

A Universidade Federal do Paraná priorizou a internacionalização dando um grande salto nesse sentido, firmando um grande número de convênios com instituições de todo o mundo. A Instituição surge em evidência nos rankings internacionais. Isso ocorre por todo o demonstrado no presente trabalho, ou seja, a Universidade oferta um ensino de excelência, assegurando altíssimo nível de conhecimento aos profissionais por ela formados.

Segundo consta no site oficial da Instituição:

Em 1913 a universidade iniciou ofertando 7 cursos de graduação. Em 2016, a UFPR tinha 113 cursos de graduação, 20 cursos de mestrado acadêmicos, 8 mestrados profissionais, 54 de Doutorado, totalizando 82 cursos de stricto sensu. Destes, 21 obtiveram notas 5 e 6 na última avaliação trienal da CAPES 2010-2012. (PRPPG-UFPR, s.d.)

Dentre os diversos serviços prestados pela UFPR como Editora, Bibliotecas, Empresas Juniores, Informática, Imprensa e Restaurante Universitário, o que mais merece destaque no presente estudo é o Hospital das Clínicas. A Universidade aspirou por ter uma unidade de saúde que oferecesse capacitação aos seus alunos do curso de Medicina e, ao mesmo tempo, atendesse às necessidades de saúde da população. No ano de 1949 iniciaram-se as obras e o Hospital começou a funcionar em junho de 1961.

A finalidade e competências institucionais estão definidas na Constituição da República Federativa do Brasil, conforme estabelece o Estatuto da UFPR em seu artigo 2º.

A Universidade Federal do Paraná, adotando métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de Ensino e Pesquisa e autorizem a plena utilização de seus recursos humanos e materiais, destina-se a: I- Promover a educação, o ensino e o desenvolvimento tecnológico e a cultura filosófica, científica, literária e artística; II- formar profissionais, técnicos e cientistas; III- contribuir para a solução dos problemas de interesse da comunidade sob forma de cursos, estudos e serviços; e IV- desenvolver a pesquisa nas várias áreas de conhecimento.

A Finalidade Acadêmica encontra respaldo no determinado pelo artigo 207 da Constituição Federal: “As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

Os sucessivos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI’s – da UFPR, renovados a cada cinco anos têm reforçado o papel dessa Casa para com o desenvolvimento do país. O PDI 2012-2016, hoje vigente, atualizou como Missão da UFPR “Contribuir com o desenvolvimento sustentável, priorizando a formação continuada do profissional cidadão e produzindo, socializando e apropriando o conhecimento de forma articulada com os demais segmentos da sociedade, sendo referência no Brasil”.

A Universidade Federal do Paraná se faz presente em todo o Estado. Seus campus encontram-se na capital Curitiba, no interior e no seu litoral. Possui suma importância no desenvolvimento econômico e social do Estado, oferecendo melhor qualidade de vida à população paranaense.

3.3 – Sujeitos da Pesquisa

Depois de traçados os objetivos a serem alcançados na pesquisa, são definidos quais serão os sujeitos estudados da mesma. Contamos com todos os alunos que ingressaram na instituição nos anos de 2014 e 2015 que se evadiram até o final do ano de 2017. É imperioso ressaltar que, de início, a proposta seria estudar apenas os alunos que ingressaram no ano de 2014. Porém, ao realizar um levantamento desse quantitativo, tomamos conhecimento de que, embora o número da evasão já fosse bem visível, não oferecia o resultado esperado, fiável e, também, levamos em conta que nem todos os alunos convidados a participar, o fariam.

Assim, com o intuito de responder a problemática deste estudo de forma clara e concisa, estendemos a pesquisa também aos alunos que ingressaram no ano de 2015 e se evadiram até o final do ano de 2017, nos cinco cursos de graduação da Instituição, num total de 174 sujeitos evadidos, caracterizados no capítulo 4 – Apresentação e Análise dos Dados.

3.4- Técnicas e Procedimentos para Recolha de Dados

A recolha de dados é um procedimento lógico da investigação empírica ao qual compete selecionar técnicas de recolha e tratamento da informação adequada, bem como controlar a sua utilização para os fins especificados. As técnicas são conjuntos de procedimentos bem definidos destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade da pesquisa (inquérito por questionário, entrevista, teste, documentos e outros) (Francisco, 2010).

A orientação inicial do estudo de caso conduz para diversos fatores de destaque. De acordo com Fragoso (2004) o investigador deve ter a certeza, no decorrer de sua investigação, que os métodos e técnicas de recolha de informação são retirados de fontes pertinentes e fidedignas. Para tanto, “o investigador deve recolher e organizar dados de múltiplas fontes de forma sistemática” (Dooley, 2002, p. 347). Para se proceder à recolha

de dados que permitissem atingir os objetivos previamente estabelecidos, optou-se pela pesquisa documental e os inquéritos por questionários.

3.4.1 - Pesquisa Documental

Sendo uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas, a pesquisa documental é indispensável porque a maior parte das fontes escritas são quase sempre a base do trabalho de investigação: é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos.

A pesquisa documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa e quantitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspetos novos de um tema ou problema. (Ludke & André, 1986)

Para o levantamento dos dados inerentes ao presente estudo, a pesquisa documental focou-se no Estatuto da Instituição, no seu Regimento Geral, na Resolução CEPE sob n.º 37/97, nos Planos Políticos Pedagógicos dos Cursos, nos Históricos Escolares dos alunos evadidos, bem como nas Tabelas específicas de cada curso estudado.

O Estatuto institui o carácter público da Universidade, bem como os seus fins, a forma como é organizada e o modo como se desenvolve. Em seu Título IV intitulado como “Regime Didático-Científico”, menciona os cursos ministrados pela Instituição. Menciona também que o currículo pleno dos cursos de graduação incluirá disciplinas do currículo mínimo, disciplinas complementares obrigatórias e optativas e disciplinas eletivas.

O Regimento Geral institui as normas para o funcionamento da instituição, sendo um instrumento que determina os procedimentos internos da Universidade, disciplinando as atividades administrativas e didáticas na forma do seu Estatuto e apresenta os principais direitos e deveres do corpo discente.

Já a Resolução CEPE n.º 37/97 (Complementada pela Resolução 79/99, 73/08, 74/10 e 77/11-CEPE, alterada pelas Resoluções 22/01, 32/01, 48/04, 54/09, 98/09 e 99/09 -CEPE, alterada pela Resolução 14/11-COUN, alterada pela Resolução 92/13-CEPE, alterada pela Resolução 07/14-CEPE e Resolução 97-A/15-CEPE) regulamenta as

normas básicas das atividades acadêmicas na graduação, estabelecendo os direitos e deveres dos estudantes, desde o seu ingresso à sua formação.

Para os PPC'S, temos:

O PPC do Curso de Bacharelado em Engenharia Agrícola é embasado no Parecer n.º 1362 de 12/12/2001 e na Resolução n.º 11 de 11/03/2001, ambos da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e, especialmente, na Resolução n.º 2 de 02/002/2006, também do CNE. Essa documentação determina que o PPC do curso seja direcionado para uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitando seus egressos a absorverem e desenvolverem novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na indicação e resolução de problemas. Determina ainda que o curso contemple a formação de um profissional capaz de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e da comunidade, com relação aos problemas socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como utilizar racionalmente os recursos naturais, além de conservar o equilíbrio do ambiente.

O PPC do Curso de Bacharelado em Engenharia de Alimentos tem como embasamento jurídico o Decreto-Lei n.º 68644 de 21/05/1971 que reconhece o curso pelo Governo Federal e também pelas Resoluções 48/76 e 52/76 do Conselho Federal de Educação que estabeleceu o currículo mínimo na nova concepção de ensino de Engenharia no Brasil. Ainda possui fundamentação na Lei n.º 5.194 de dezembro de 1966 e pela Resolução n.º 218 de 29/06/1973 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia que regulamentam a profissão de Engenheiro de Alimentos. Determina que o curso forme profissionais capacitados para trabalhar nas indústrias agroalimentares solucionando problemas de ordem técnico-científico, tecnológico e operacionais. Deve formar profissionais comprometidos com o avanço científico, tecnológico e organizacional da produção, distribuição e qualidade de alimentos e ainda, que sejam capazes de trabalhar com a interdisciplinaridade que a área envolve no tocante a solução de problemas de natureza social, econômica e ambiental.

Para o Curso Bacharelado em Engenharia de Produção, temos um PPC que objetiva a formação de profissionais e cidadãos com sólida formação científica e profissional que o capacite a identificar, formular e solucionar problemas ligados às atividades de projeto, operação e gerenciamento do trabalho e sistemas de produção de

bens e/ou serviços, considerando seus aspectos humanos, económicos, sociais e ambientais, com visão ética e humanista em atendimento às demandas da sociedade.

Já o PPC do Curso de Licenciatura em Ciências Exatas determina que os alunos do cursos podem optar pela formação em Física, Matemática ou Química, recebendo formação integral e fortemente interdisciplinar em torno das ciências exatas, o que amplia as possibilidades de atuação do futuro educador, uma vez que é possível a permanência no curso após o término de uma linha de formação para concluir outra, dentro do prazo de integralização do currículo.

E por fim, temos o PPC do Curso de Licenciatura em Computação que possui como objetivo principal formar educadores e educadoras, profissionais cidadãos e cidadãs, com domínio dos conteúdos específicos e pedagógicos.

Na análise da documentação mencionada acima, constataram-se os prazos para o término da integralização curricular dos cursos de graduação, os dados referentes ao número de ingressantes, os termos de funcionamento, a carga horária total exigida, conforme tabela a seguir. Vejamos:

Tabela 7- Caracterização dos cursos ofertados no *campus*

Curso	Tipo	Turno	Número de vagas	Carga Horária	Prazo integralização curricular
Ciências Exatas	Licenciatura	Vespertino	50	3278 horas	Mínimo de 08 e máximo de 12 semestres
Computação	Licenciatura	Matutino	50	3260 horas	Mínimo de 08 e máximo de 12 semestres
Engenharia Agrícola	Bacharelado	Matutino	50	4092 horas	Mínimo de 10 e máximo de 15 semestres
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	Matutino	50	3816 horas	Mínimo de 10 e máximo de 15 semestres
Engenharia de Produção	Bacharelado	Vespertino	50	3800 horas	

Foi de grande relevância o estudo e a análise das tabelas referentes a cada curso estudado, disponíveis na Secretaria Acadêmica, já que através das mesmas conseguimos quantificar o número de alunos ingressantes e evadidos no período estudado. Vale lembrar que os usos destes dados foram autorizados pela direção do Campus e solicitado,

posteriormente, à Chefia da Secretaria, com o fim específico de identificar a quantidade de alunos evadidos e as caracterizações quanto ao gênero, idade ao ingressar na Instituição e endereço eletrônico. A partir desses dados, aqueles identificados evadidos foram contatados para que respondessem ao inquérito por questionário com a finalidade de conhecer os motivos que o levaram a desistir do curso e as possíveis consequências desse ato.

3.4.2 – *Inquérito por questionário*

Um questionário é, para Parasuraman (1991, p. 47), “Tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se verificar se os objetivos de um projeto foram atingidos”.

Atendendo ao fato de que o seu uso é recomendado em estudos que possuam objetivos claros, suscetíveis de serem traduzidos em poucas e simples palavras, entendemos que se ajustava ao estudo. Neste sentido, tornou-se primordial o uso de inquérito por questionário, pelo fato de considerar que é a forma mais fácil de administração que irá de encontro dos objetivos estabelecidos.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2005, p. 154), o “questionário é um instrumento que, embora possa condicionar as respostas dos sujeitos, possui características bastante pragmáticas, permitindo também obter opiniões de um número elevado de sujeitos num tempo relativamente limitado”.

Dessa forma, optamos pelo uso do inquérito por questionário fechado com respostas de escolhas múltiplas, onde os respondentes optaram por uma das alternativas, apresentadas de forma clara e objetiva. As principais vantagens desse formato de questionário é a facilidade de aplicação, do processo e a sua análise, a facilidade no ato de responder, apresentação de pouca margem de erro e trabalham com diversas alternativas (Mattar, 1994).

Após a análise do período de listagem dos alunos por curso, foi encaminhado ao endereço eletrônico de cada indivíduo um questionário com dezassete perguntas referentes às variáveis sexo, idade quando ingressou na Instituição, estado civil no

momento da evasão, cidade de morada principal, teste vocacional, forma de ingresso na instituição, escolha do curso, expectativas do curso, tempo de estudo na instituição e motivo da evasão, conforme Inquérito aplicado apresentado no Apêndice 2.

No presente estudo, consideramos que este seria o instrumento mais adequado ao tipo de estudo a realizar por ser a forma mais acessível de chegar aos indivíduos evadidos, tendo em vista a distância de morada principal do estudante, já que muitos residem em outros estados da Federação.

Com o crescente número de usuários da Internet, é crescente também a parcela da população que tem acesso a ferramentas como o e-mail, fator que proporciona aos pesquisadores um meio favorável para coletar dados, o correio eletrônico. A coleta de dados utilizando o *e-mail* pode proporcionar algumas vantagens como serem enviados quantas vezes forem necessárias, maior rapidez e são respondidos conforme a conveniência do entrevistado. Os autores defensores dessas teses são Aaker (2007), Ilieva et al (2002) e Malhotra (2006) referenciados por Vieira, Castro e Júnior (2010).

Encaminhamos os inquéritos por questionário através do Google por ser totalmente gratuito, sendo utilizados para fins educativos, comerciais e não comerciais. O uso desse questionário nos facilitou construir, distribuir e gerenciar as pesquisas. Oferece-nos praticidade e confiabilidade das respostas, auxiliando, inclusivamente, na elaboração dos gráficos dos resultados.

Os questionários foram encaminhados aos indivíduos evadidos no início do mês de março de 2018, sendo estipulado um período de 30 dias para recebimento das respostas, ou seja, até início do mês de abril de 2018. Junto com este documento foi encaminhado ao aluno o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que tem o objetivo de informar ao indivíduo participante as intenções da pesquisa e a sua confidencialidade. Esses esclarecimentos permitiram ao indivíduo participante da pesquisa tomar sua decisão sem constrangimentos sobre a sua participação no estudo. Entretanto, houve a necessidade de reencaminhamento do questionário em maio de 2018 juntamente com uma ratificação do pedido para que respondessem ao inquérito, tendo em vista o baixo número de participantes no primeiro envio. Assim sendo, no início do mês de junho o prazo foi encerrado e os dados coletados foram utilizados para a análise.

Dos **174** indivíduos que ingressaram nos anos de 2014 e 2015 e se evadiram até o fim do ano de 2017, apenas **150** alunos receberam os inquéritos via e-mails já que **24 alunos** do total de evadidos não possuíam o email cadastrado na Secretaria Acadêmica. Dos emails enviados (150 alunos), 19 retornaram com a mensagem “*Undelivered Mail Returned to Sender*”. Assim, contamos com 131 alunos evadidos disponíveis para a pesquisa.

Em geral, resulta impossível obter informações de todos os indivíduos ou elementos que formam parte do grupo que se deseja estudar; seja porque o número de elementos é demasiado grande, os custos são muito elevados ou ainda porque o tempo pode atuar como agente de distorção (a informação pode variar se transcorrer muito tempo entre o primeiro elemento e o último) (Richardson, 1999, p. 157)

Com o prazo encerrado para envio das respostas do inquérito (no início do mês de junho de 2018) constatamos que foram recebidas **53 respostas** dos entrevistados, resultando num índice de participação de retorno dos questionários de **40.45%**, a nossa amostra de pesquisa. Marconi e Lakatos (2005) afirmam que dos questionários que são enviados para os entrevistados, em média, 25% retornam com respostas, percentagem ultrapassada no nosso caso.

De posse dos **53 formulários** encaminhados pelos evadidos respondentes, estes foram transcritos para uma tabela do Excel onde foram lidos e analisados com muita cautela e, a partir de então, foram criados gráficos para o estudo. Após a análise inicial dos dados, foi possível descrever com mais detalhes o perfil dos 53 sujeitos evadidos que responderam ao questionário.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. (Ludke & André, 1986, p. 47)

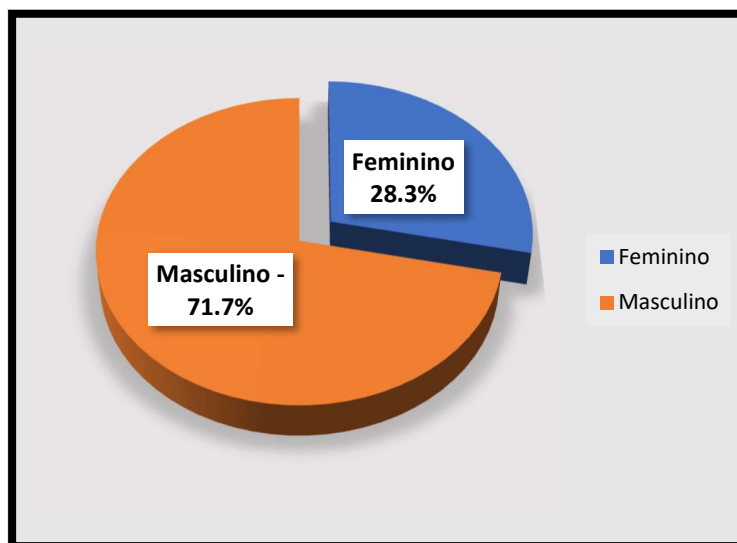
Esse capítulo se propõe organizar, apresentar, analisar e discutir os dados coletados durante a pesquisa. Com o intuito de responder aos objetivos propostos, apresentamos os resultados em quatro categorias: (i) Caracterização dos sujeitos; (ii) Curso: escolha e permanência; (iii) Ingressante e Evadidos; e (iv) Evasão: motivos.

Sobre a análise de dados, Bodgan e Biklen (1997, p. 205) assim preceituam:

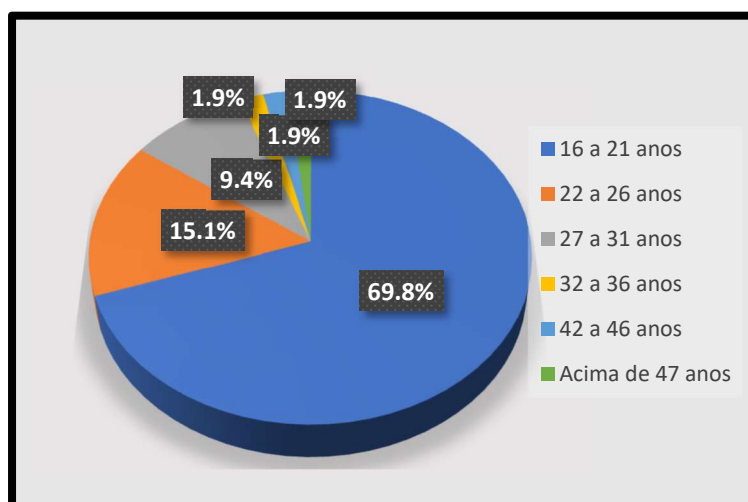
A análise de dados é o processo de busca e organização sistemático de transições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou. [...] A análise de dados leva-o das páginas de descrições vagas até estes produtos finais.

4.1 – Caracterização dos sujeitos evadidos

O nosso estudo contou com a participação de 53 alunos evadidos que ingressaram na Instituição nos anos de 2014 e 2015 e se evadiram até o final do ano de 2017, sendo possível identificá-los e caracterizá-los através dos dados coletados na Secretaria Acadêmica da Instituição estudada e também pelo Questionário, que propiciou atingir um nível de maior profundidade na pesquisa, já que conseguimos converter do estado oculto, situações que por outros meios não teríamos o mesmo êxito.

Gráfico 4 - Perfil dos Respondentes: Sexo

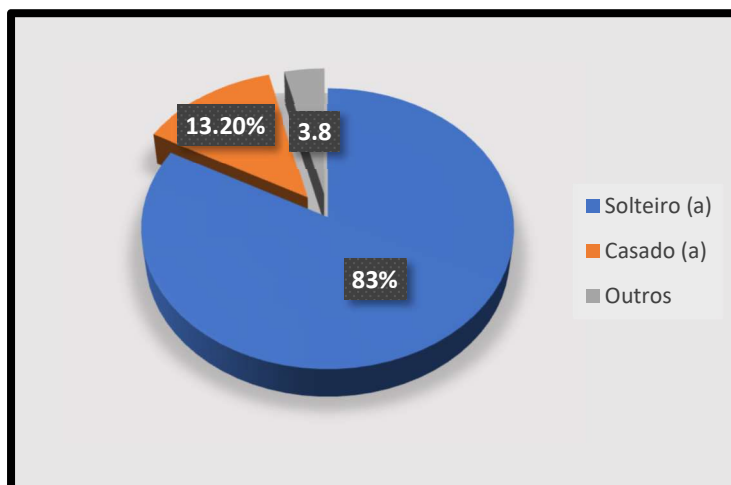
Em relação ao sexo dos sujeitos evadidos – **71.7%** dos alunos evadidos são do sexo masculino e **28.3%** são do sexo feminino. Assim, o resultado da pesquisa contraria a literatura revisada que aponta para um índice de evasão maior por parte de estudantes do sexo feminino, conforme estudos de Biazus (2004) e Hotza (2000).

Gráfico 5 - Perfil dos Respondentes: idade quando ingressou na Instituição

Em análise às idades dos sujeitos da pesquisa no momento do ingresso na Universidade, indicou que a maior parte dos envolvidos que responderam ao questionário encontrava-se na faixa etária de 16 a 21 anos, correspondente a 69.8% das respostas. Segundo estudos de Almeida (2008), os alunos compreendidos nesta faixa etária estão

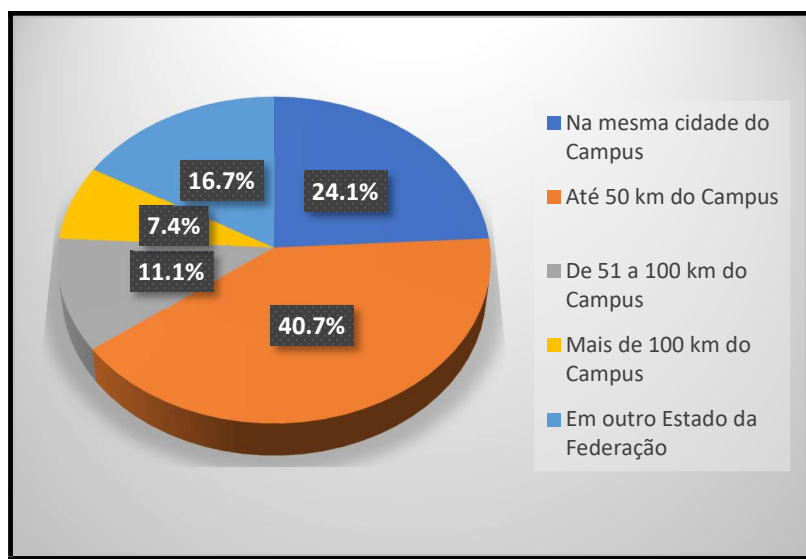
mais vulneráveis à evasão devido às diferenças do ambiente acadêmico e o ambiente egresso, ou seja, ambiente do Ensino Médio.

Gráfico 6 - Estado Civil no momento da Evasão



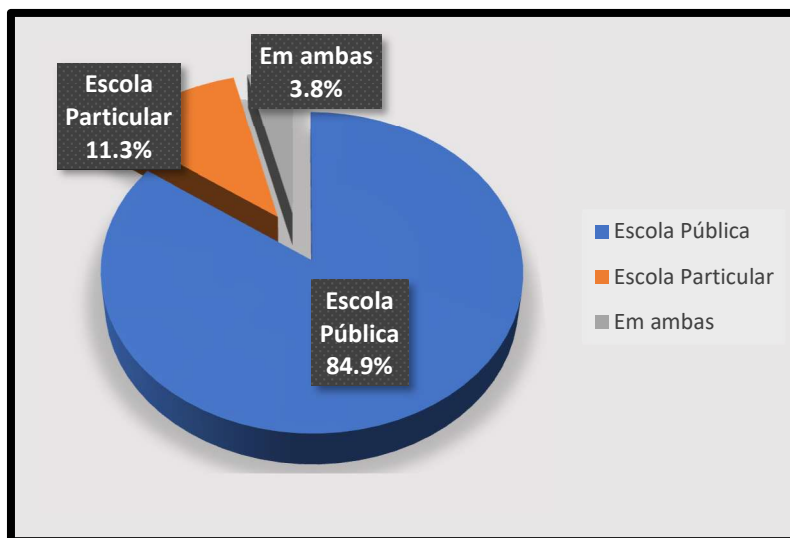
No tocante ao estado civil dos evadidos respondentes, podemos constatar que **83%** eram solteiros no momento da evasão do curso, contrariando o mencionado na literatura revisada que apresenta uma maior probabilidade aos indivíduos que são casados, tendo em vista, na maioria dos casos, terem que arcar com a manutenção da família, conforme demonstra Gaioso (2005).

Gráfico 7 - Cidade de Morada Principal



Os dados revelam que **75.9%** dos alunos têm a morada principal fora da cidade onde está localizado o Campus, o que pode ser considerado um fator indicativo para a Evasão.

Gráfico 8 - Realização do Ensino Médio



Um total de **84.9%** frequentou todo o Ensino Médio em escolas públicas, enquanto 11.3% frequentou em escolas privadas. Os restantes 3.8% estudaram em ambas as escolas. É visível o desequilíbrio no que se refere ao tipo de escola, tendo em vista que o maior número de alunos evadidos frequentaram o Ensino Médio em Escola Pública.

Os indivíduos oriundos da rede pública de ensino são favorecidos com as políticas de acesso ao ensino superior, quer seja ingresso numa instituição privada ou pública. Mesmo com todo o favorecimento de ingresso no ensino superior, a literatura revisada aponta para a fragilidade do aluno egresso de Escola Pública por não estar preparado suficiente para acompanhar e concluir o curso superior, já que o “mero ingresso na educação superior não garante o êxito educacional”, conforme Gaioso (2005, p. 15)

Dos 53 respondentes, **67.9%** acusaram que sua forma de ingresso na Instituição se deu pelo ENEM e o restante, 32.1%, via Vestibular, este, que antes era considerado a forma mais comum e acessível de ingresso numa Instituição Superior e está a ser gradualmente substituído pelo ENEM.

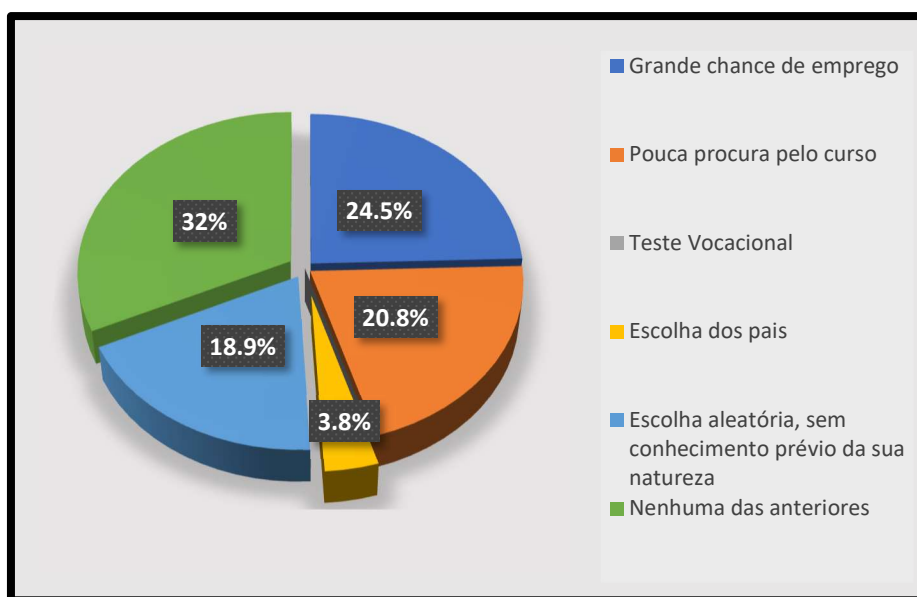
Para o conceito de ENEM, temos:

ENEM é o Exame Nacional do Ensino Médio, realizado pelo INEP, ao qual os alunos concluintes ou egressos do ensino médio podem submeter-se voluntariamente. O Exame nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao final de sua jornada pela a educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade (INEP, ENEM, s.d.).

4.2 – Curso: escolha e permanência

O presente tópico pretende apresentar questões relacionadas com a escolha do curso e sua permanência que podem, também, colaborar significativamente com os motivos da evasão na Instituição.

Gráfico 9 - Motivos da Escolha do Curso



Para o tópico Escolha do Curso, vemos que 24.5% escolheram seu curso pela oportunidade que o mesmo oferecia de grande chance de emprego. **22.2%** dos evadidos responderam que fizeram o teste vocacional, porém, nenhum deles respondeu que a escolha do curso se deu pelo resultado de Teste Vocacional.

Com o intuito de conhecermos a realidade de todos os sujeitos evadidos, colocamos como opção de resposta a alternativa “nenhuma das anteriores”, com a

abertura de espaço onde pudessem descrever o motivo. 32% dos indivíduos optaram por essa alternativa e acrescentaram:

“Por gostar da área”

“Formação na área que atuo”

“Analisei a grade e a mesma me interessava”.

“Era minha segunda opção de curso”.

“Interesse pelo curso”

“Familiaridade com as disciplinas e com a atividade”.

“Gosto por tecnologia”

“Oportunidade de estudo”

“Por "saber" mexer em computador, etc....”

“Gostava de engenharia, gostaria da química, não consegui, logo entrei em alimentos”.

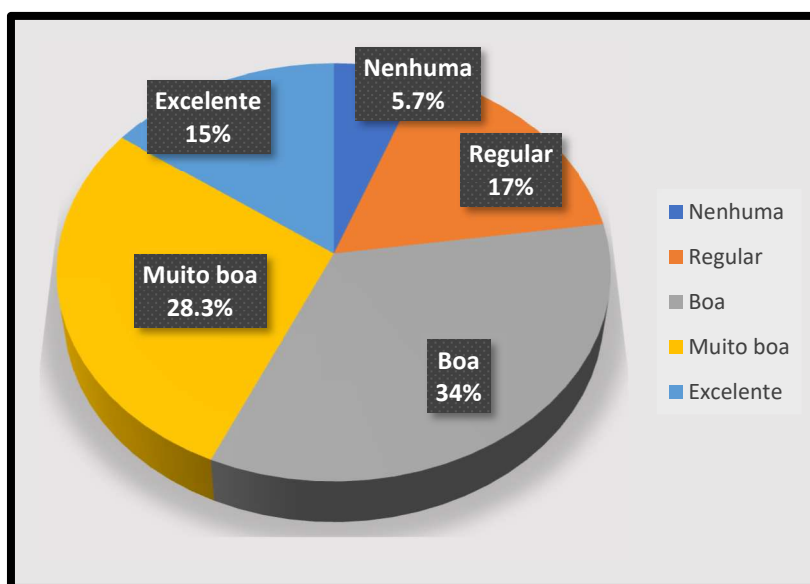
“Por gostar do curso”

“Escolha própria por afinidade com química”

“Gostei”.

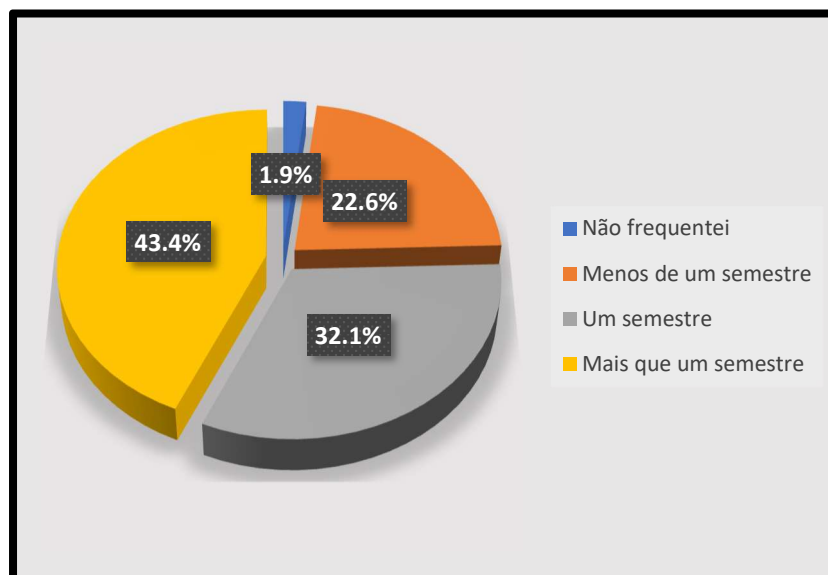
“Gosto da área de trabalho e das matérias do curso”

Gráfico 10 - Expetativas quando ingressou no Curso



O gráfico demonstra que a maioria dos respondentes (**77.3%**) possuía de boa a excelente expectativa do curso escolhido, no momento do ingresso.

Gráfico 11 - Tempo de frequência dos Participantes na Instituição



Com relação ao tempo de frequência no curso, percebemos que aproximadamente 98.1% dos respondentes chegaram a iniciar o curso e apenas uma pequena minoria 1.9% não chegou a frequentar o curso em que fora aprovado (a). Contudo, dentre os alunos que chegaram a frequentar o curso, nota-se que o maior número de evasão se dá no início dos cursos.

É notório que a desmotivação pelos estudos ocorre antes de concluído o primeiro ano de estudos, momento em que o vínculo com a Instituição ainda é tênue. Silva Filho et al (2007, p. 643) afirmam que a nível global, “A taxa de evasão no primeiro ano de curso é de duas a três vezes maior do que nos próximos anos da vida acadêmica”.

Sobre o Plano Pedagógico do Curso (PPC) do curso, perguntámos aos evadidos se o conheceram. Em resposta, tivemos que **64.2%** não chegaram a conhecê-lo e o restante, 35.8% disseram que sim, que conheceram o Plano Pedagógico de seu curso. Aos respondentes da alternativa afirmativa, propomos uma segunda questão que era saber se o PPC atendeu as expectativas do aluno. **55.6%** dos alunos responderam que o PPC atendeu as expectativas do aluno em relação ao curso escolhido.

Ao analisarmos os PPC's dos Cursos ofertados na Instituição, percebemos que possuem um forte embasamento pedagógico com intuito de qualificar adequadamente o profissional, a partir de conhecimentos científicos e tecnológicos. Expressam preocupação de ampla capacidade de atuação profissional, com criticidade da conjuntura e criatividade técnica para a devida identificação e resolução de problemas estruturais e conjunturais inerentes às suas áreas de atuação, em função de variáveis políticas, sociais, económicas, ambientais e culturais, com visão ética, filosófica e humanística.

Uma questão que julgamos extremamente importante a ser feita aos respondentes para termos conhecimento se antes de evadirem se houve uma comunicação dos seus motivos ao coordenador do curso ou a algum professor e tivemos como respostas:

- **18.9%** responderam que sim;
- **81.1%** dos respondentes responderam que não conversaram com o coordenador sobre a sua saída da Instituição;
- **22.6%** responderam que falaram com algum professor;
- **77.4%** responderam que não falaram com nenhum professor sobre sua saída do Campus.

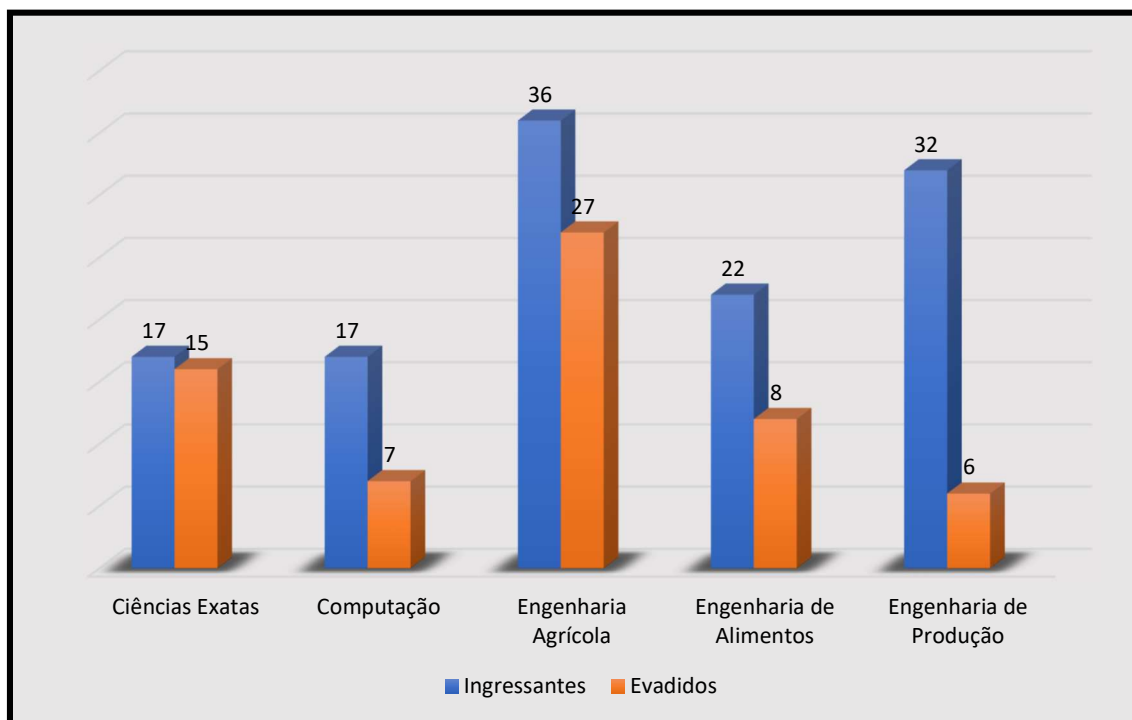
E, por fim, nas últimas questões percebemos que se tivessem a oportunidade, **37.7%** voltariam ao curso, **35.1%** não voltariam e **27.2%** responderam que “talvez” voltariam. Dos 53 respondentes, **54.7%** já se encontram a estudar em outra Instituição.

4.3 – Ingressantes (2014 e 2015) e Evadidos (até 2017)

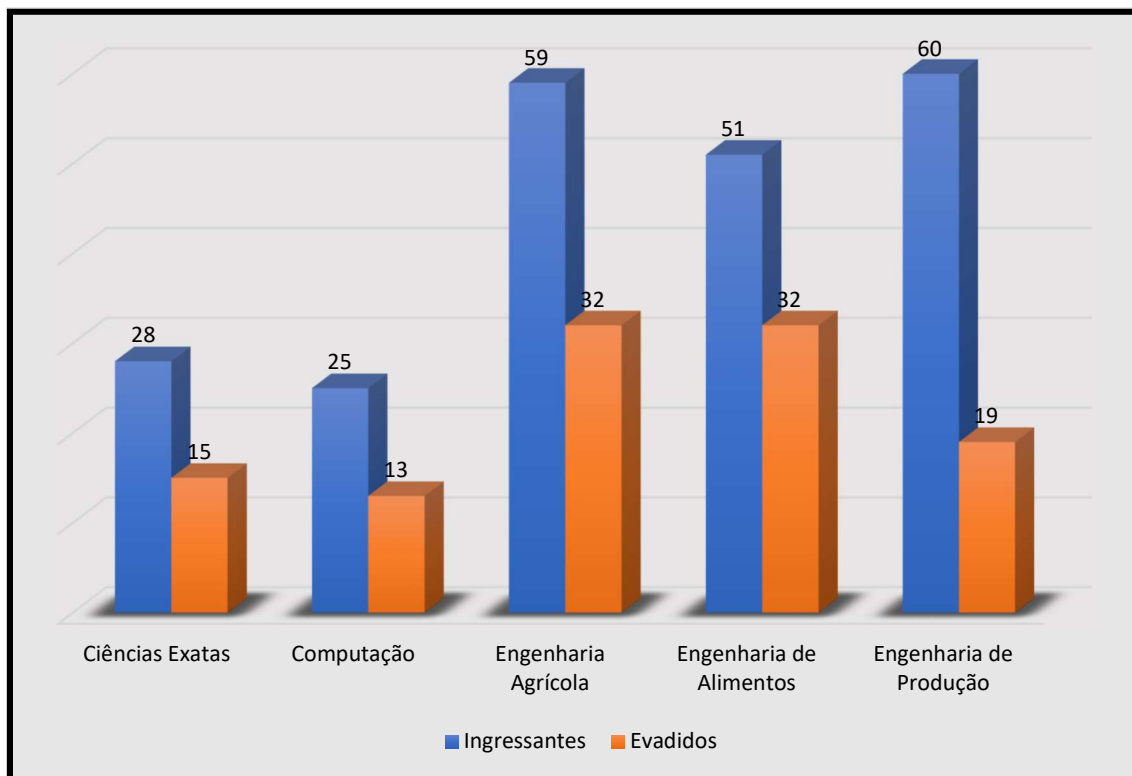
Demonstraremos, a seguir, os números de alunos que ingressaram nos anos de 2014 e 2015 e se evadiram até o final do ano de 2017 (Gráficos 12 e 13, respetivamente) nos cursos de Licenciatura em Ciências Exatas e Computação (cursos com duração de 4 anos) e de Bacharelado em Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos e Engenharia de Produção (cursos com duração de 5 anos). Em seguida, faremos uma comparação desses dois gráficos (Gráfico 14) demonstrando, dessa forma, qual o curso que apresentou o maior número de evasão no período estudado.

Vale ressaltar que a nossa pesquisa considera apenas os evadidos por Abandono, Trancamento e Cancelamento, excluindo-se os alunos que fizeram reopção de curso, já que o nosso objetivo é estudar a evasão dos alunos da Instituição.

Gráfico 12 – Ingressantes (2014) e evadidos até 2017



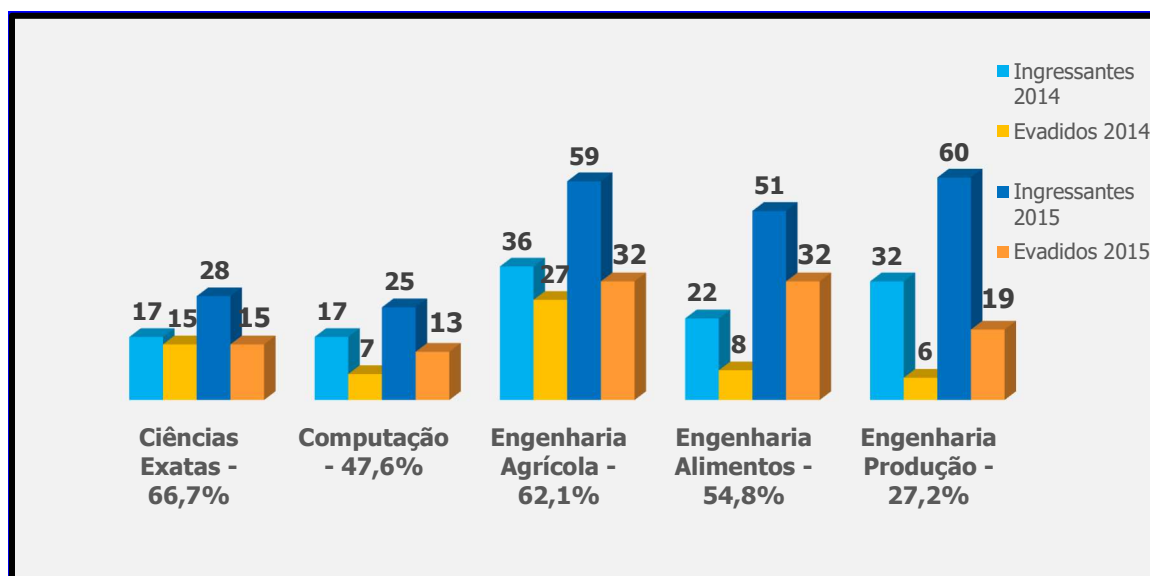
De acordo com os documentos institucionais, a IES ambiente deste estudo no ano de **2014** registou o total de ingressantes de 124 alunos, contando com **63 sujeitos evadidos**, ou seja, 50.80% dos ingressantes se evadiram até o final do ano de 2017. Como percebemos, o curso que mais contou com a Evasão foi Ciências Exatas com um percentual de 88.23%, seguido pelo curso de Engenharia Agrícola com um percentual de 75%..

Gráfico 13 - Ingressantes (2015) e evadidos até 2017

Os documentos fornecidos pela Instituição estudada informam que no ano de **2015** o total de ingressantes foi de 223 alunos, contando com **111 sujeitos evadidos**, ou seja, 49.77% dos ingressantes se evadiram até o final do ano de 2017. Como percebemos, o curso que mais contou com a Evasão foi Engenharia de Alimentos com um percentual de 62.74%, seguido pelo curso de Engenharia Agrícola com um percentual de 54.23%.

Considerando os alunos que ingressaram nos anos de 2014 e 2015 temos um total de **347 ingressantes**. Destes, **174** indivíduos se evadiram até o fim do ano de 2017 (**63** sujeitos evadidos que ingressaram no ano de 2014 e **111** sujeitos evadidos que ingressaram no ano de 2015).

Ao procedermos a uma comparação dos dados apresentados nos gráficos acima, temos:

Gráfico 14 - Comparativo da Evasão dos ingressantes em 2014 e 2015

Realizamos uma comparação entre a evasão ocorrida nos anos de 2014 e 2015 para podermos responder a outro objetivo específico e apontar qual o curso foi o responsável pela maior taxa de evasão no período estudado. Como podemos verificar no gráfico, o curso de Ciências Exatas foi o que apresentou o maior número de evasão nos ingressantes de 2014: foram 17 ingressantes e 15 evadidos, tendo este número de evadidos se repetido na turma de ingressantes de 2015. Já o curso de Engenharia de Alimentos apresentou o maior índice de evasão no ano de 2015, tendo 51 alunos ingressantes e destes, 32 evadidos. De modo geral, o curso de Ciências Exatas conta com o maior índice de evadidos (66.7%) seguido pelo curso de Engenharia Agrícola (62.1%). É notório e significativo o aumento do número de evadidos, porém, devemos lembrar que esse número aumentou devido ao aumento do número de ingressantes em 2015.

4.4 – Evasão: motivos

A análise minuciosa das respostas dos sujeitos evadidos ao inquérito nos possibilitou a identificação dos motivos do evento evasão na Instituição. Foi possível identificar a causa expressiva para sua ocorrência, bem como as causas menos relevantes. A seguir, será apresentada a descrição de cada uma dessas categorias identificadas e a sua relevância.

Motivo 1 – Questões Familiares

A família possui um importante papel para assegurar a educação dos filhos, devendo sempre acompanhar, estimular a permanência do discente no meio escolar. As necessidades dos discentes de abandonarem seus cursos para atender a compromissos familiares são motivos apresentados nos estudos de Gaiosio (2005) e Andriola, Andriola e Moura (2006)

Ao analisarmos os dados recebidos nos inquéritos, concluímos que **5.7%** dos alunos responderam como esse sendo o fator de sua evasão. Contudo, com esse percentual, concluímos que esse fator não é relevante para o processo evasão na Instituição estudada.

Motivo 2 – Trabalho

Ao conferir os dados recebidos, observa-se que para **17%** dos respondentes, o trabalho contribuiu para a evasão. Ao analisar estes dados, conclui-se que esse fator foi expressivo para o processo de evasão discente nos cursos superiores da Instituição objeto da pesquisa, sendo o segundo fator determinante do estudo.

Digiácomo (2011) afirma que a evasão escolar,

Possuindo diversas causas, que vão desde a necessidade de trabalho do aluno, como forma de complementar a renda da família, até a baixa qualidade de ensino, que desestimula aquele a frequentar as aulas, via de regra inexistem, salvo honrosas exceções, mecanismos efetivos e eficazes de combate à evasão escolar tanto a nível de escola quando a nível de sistema de ensino, seja municipal, seja estadual.

Gaiosio (2005) corrobora dessa opinião e afirma que a dificuldade de conciliar a jornada de trabalho e o horário escolar é fator de suma importância na decisão de abandonar a faculdade. Quando as obrigações profissionais entram em conflito com os compromissos acadêmicos, são estes, na maioria das vezes, que são adiados ou descartados.

Motivo 3 - Reprovações Constantes

Ao verificar os dados apresentados, verifica-se que esse motivo – Reprovações Constantes – foi apontado como determinante para a evasão por **41.5%** dos sujeitos respondentes. Diante desses dados, considerou que esse fator influenciou de forma relevante a ocorrência do fenômeno da evasão estudada.

Gaiosio (2005) contribui para o estudo ao afirmar que há evidências de que, após a reprovação em uma ou mais disciplinas, os alunos são mais propensos a desistirem de seus cursos. Para a UNESCO (2004) as reprovações e a evasão são fenômenos que estão inteiramente interligados.

Fregoneis (2002) busca, em sua Dissertação de Mestrado, conhecer os problemas inerentes à repetência e à evasão nos cursos de graduação dos centros de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Estadual de Maringá. Apresenta como conclusão a afirmação de que a reprovação nas disciplinas consideradas difíceis influencia na decisão de continuar ou não os estudos e que os critérios de avaliação adotados pela instituição contribuíram para que o aluno desistisse do curso.

Quando mencionamos a palavra “reprovação” somos remetidos automaticamente ao pensamento “dificuldade de aprendizagem em disciplina específica”. Embora sejam termos que possam estar interligados, é importante mencionarmos que um termo pode surgir sem o outro.

Correia (2008) e Correia e Martins (1999) nos sugerem que devemos nos atentar que o termo “Dificuldades de Aprendizagem” tem sido utilizado em Portugal variando muito. Essas variações vão desde os problemas de aprendizagem do indivíduo (problemas intrínsecos) até aos problemas de aprendizagem referente ao ensino inadequado (origem extrínseca).

Resta devidamente demonstrado que estudantes com repetências sucessivas ficam desmotivados e são os mais propensos a desistirem de seus cursos.

Motivo 4 - Distância da casa dos pais ou onde mora/Cidade de Morada Principal

Ao analisarmos os dados recebidos, verificamos que 24.1% dos sujeitos do estudo moram na mesma cidade do Campus e para 51.8% que residem fora do Município onde está implantado o Campus, a distância variou entre os 50 e 100 km. Os sujeitos restantes que perfazem um total de 24.1% residem a mais de 100 km de distância, até mesmo em outro Estado da Federação. Nesses casos, percebe-se claramente o esforço despendido

pelos alunos para frequentarem as aulas, o que torna um verdadeiro desafio, sobretudo quando, por algum motivo, os transportes não lhe são facultados.

Entretanto, mesmo contando com a distância, apenas **3.8%** dos respondentes afirmaram ser esse o motivo da sua evasão, o que não pode ser considerado como fator determinante da evasão em nosso estudo.

Motivo 5 - Desinteresse/falta de vontade/desmotivação

Com o intuito de melhores condições de vida pessoal e profissional, o estudante ingressa no Ensino Superior dotado de imensa expectativa. Ocorre que somente estar matriculado no curso não leva o estudante ao término de seu curso.

Dias et al (2010, p. 4) referenciam Levenfus (2004) que afirma que:

A maioria dos alunos que se matricula no ensino superior realiza sua opção profissional numa faixa etária muito precoce. Pesquisas apontam um alto índice de evasão por causa das decisões profissionais imaturas feitas por jovens que fazem suas escolhas com base em informações mínimas, geralmente distorcidas e idealizadas sobre o curso.

O Ministério da Educação menciona que dentre os fatores externos à Instituição que se refere à característica individual do estudante encontra-se o desencanto ou a desmotivação dos alunos com seus cursos escolhidos, por se tratarem de 2ª ou 3ª opção. Mesmo assim, preferem cursá-lo com a intenção de ser um meio para poder chegar ao seu objetivo, quer seja por uma transferência interna ou externa. (Brasil, 1996, p. 137)

Ao apurar os dados apresentados, verifica-se que o motivo desmotivação foi apontado em **9.4%** das respostas dos sujeitos respondentes. Diante desses dados, considerou-se que esse fator não influenciou de forma relevante a ocorrência do fenômeno da evasão na Instituição estudada.

Motivo 6 - Aulas/professores desestimulantes

Sabemos que os primeiros semestres de curso são essenciais para que o discente crie um vínculo sólido com a Instituição e passe a interagir com os docentes e colegas.

Para tal, é primordial que os professores, principalmente os dos períodos iniciais, desenvolvam práticas de ensino incentivadoras e significativas.

9.4% dos respondentes afirma que o motivo de sua saída da Instituição se deu por Aulas/professores desestimulantes. Porém, considerou-se que esse fator não influenciou de forma relevante a ocorrência do fenômeno da evasão na Instituição estudada.

Motivo 7 - Outros motivos

Como se trata de um questionário de escolas múltiplas (como já mencionamos) e com o intuito de saber realmente o motivo da evasão no Campus estudado, facultamos ao aluno respondente que se acaso a sua resposta não estivesse dentre as alternativas listadas, que assinalasse o motivo. Um total de 7 alunos, o que corresponde a **13.2%** dos respondentes, assinalaram essa opção.

“Fui aprovado na primeira opção que era Eng. Civil”

“Ingressei no curso de ciências exatas e percebi no curso que eu detestava exatas”.

“Estou fazendo Direito que sempre foi a minha vontade.”

“Descobri que me interessei mais por tecnologia da área mecânica/elétrica.”

“Não gostei do curso que escolhi e resolvi prestar vestibular novamente para ingressar em outro curso”.

“Passei em outro vestibular para o curso de Psicologia que era o que queria desde o início”.

“Não gostei”:

Ao analisarmos as respostas dos alunos nesse tópico, encontramos um fator predominante que vem influenciando a ocorrência da evasão. Com a adesão das Universidade ao ENEM, os sujeitos acabam por ingressar num curso em segunda ou terceira opção, ou seja, ingressam “via lista de espera”. Conclui-se que o aluno ingressou num curso que não é a sua verdadeira vocação.

Gaioso (2005) afirma que há estudos nesse sentido que chamam a atenção para o elevado índice de estudantes que mudam de curso na mesma instituição ou cancelam a sua matrícula por terem sido aprovados em outra instituição.

Nesse sentido, Andriola afirma que:

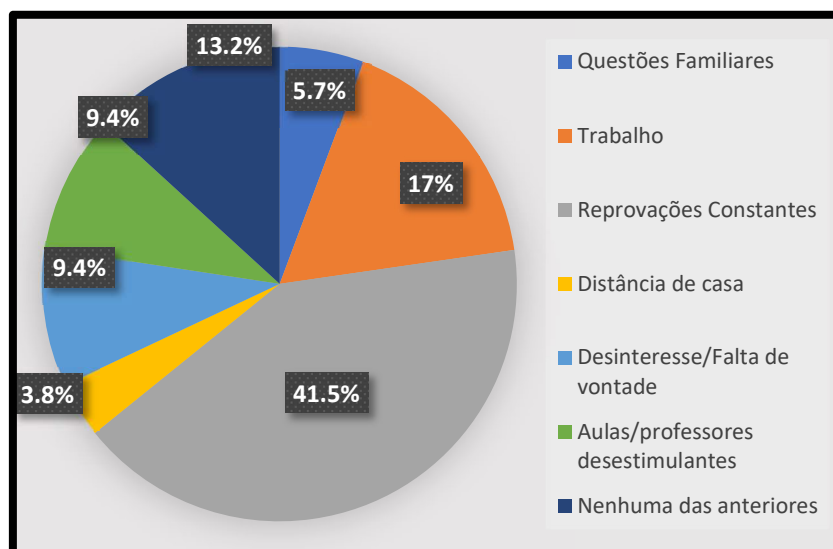
Os índices de permuta de curso nas universidades brasileiras é alarmante e não só sinaliza os equívocos na orientação profissional dos estudantes, como também representa um ônus para a sociedade pela ocupação indevida das vagas já tão escassas, sobretudo nas universidades públicas, e pelo desperdício financeiro que acarretam. (2003, p. 2)

Também é notória a falta de maturidade dos respondentes. O estudante necessita conhecer as suas habilidades e gostos, aceitar e avaliar sugestões de pessoas próximas como familiares e amigos e, sobretudo, conhecer a profissão escolhida com seus prós e contras.

Os fatores que se referem respetivamente à falta de projetos de extensão e à infraestrutura oferecida pelo Campus quanto às condições de Biblioteca, laboratórios, estrutura física das salas de aulas não foram apontados e, portanto, não influenciaram para o ato de evasão na visão dos indivíduos respondentes.

Ligados a contextos diferentes, resta devidamente expostos os motivos da Evasão Escolar na Instituição estudada. Abaixo, apresentamos esses motivos introduzidos no Gráfico.

Gráfico 15 - Motivos da Evasão



Os motivos apontados pelos sujeitos desse estudo para a evasão da Instituição são os mais variados: reprovações constantes (**1º lugar**), falta de interesse, trabalho, professores/aulas desestimulantes, distância da morada principal e questões familiares.

Conforme Gaiosio (2005, p. 3),

Dois grandes desafios para quem pretende continuar seus estudos em nível acadêmicos: superar a barreira do exame da entrada, o vestibular, e, superar uma série de outros obstáculos, de natureza variada, que surgem ao longo do processo e que podem impedir que o objetivo proposto seja alcançado.

Ainda segundo a autora, a evasão é um problema complexo, resultante de uma conjunção de vários fatores que pesam na decisão do aluno de permanecer ou não no curso. Contudo, é primordial mencionar que no nosso estudo não é contemplada a grande barreira mencionada pela autora do ingresso no curso e sim por tantas outras que surgem no decorrer do curso e que levam os estudantes à evasão.

CONCLUSÕES

Conforme a literatura revisada apresentou e devidamente demonstrado neste estudo, a evasão é um fenómeno renitente que se faz presente em todas as modalidades de ensino no Brasil há muito tempo.

A pesquisa lançou a seguinte problemática: *por que os alunos abandonam os seus cursos?* Para obtermos a resposta, a pesquisa foi conduzida no seu desenvolvimento pelos objetivos estabelecidos.

Seria difícil ou quase impossível entender a magnitude desse fenómeno que avassala a educação como um todo sem conhecer os motivos que norteiam a decisão dos discentes em deixar o curso e a Instituição que o recebeu. Diante disso, estabelecemos como objetivo principal perceber as principais causas da evasão escolar numa Instituição Pública no interior do Paraná. Como objetivos específicos, pretendemos identificar o quantitativo de alunos evadidos na Instituição no período estudado e com a análise dos números obtidos, caracterizar o perfil destes alunos à época da saída da Instituição quanto ao gênero e idade ao sair da Instituição, como também analisar as causas responsáveis pela evasão, o curso que mais contribuiu para esse fator no período estudado, bem como analisar os PPC'S dos Cursos ofertados no Campus.

Com os objetivos a serem alcançados na pesquisa devidamente delineados, foram definidos quais seriam os sujeitos estudados da mesma. Contámos, à partida, com todos os alunos que ingressaram na instituição nos anos de 2014 e 2015 e se evadiram até o final do ano de 2017. Após a análise dos dados, constatamos que eram **347** os sujeitos ingressantes. Destes, **174** indivíduos se evadiram até o fim do ano de 2017 (**63** sujeitos evadidos que ingressaram no ano de 2014 e **111** sujeitos evadidos que ingressaram no ano de 2015). Foram recebidas **53** respostas dos questionários, resultando num índice de participação de retorno dos questionários de 40.45% que pode ser considerada uma população da pesquisa com uma probabilidade aceitável de ser representativa.

É imperioso trazer à baila que, de início, a proposta seria estudar apenas os alunos que ingressaram no ano de 2014 e se evadiram. Porém, ao realizar um levantamento desse quantitativo, tomamos conhecimento de que, embora o número da evasão já fosse bem visível, não oferecia um resultado esperado, fiável e, também, levamos em conta que nem

todos os alunos convidados a participar, o fariam. Assim, com o intuito de responder a problemática deste estudo de forma clara e concisa, estendemos a pesquisa também aos alunos que ingressaram no ano de 2015 e se evadiram até o final do ano de 2017, nos cinco cursos de graduação da Instituição. Dessa forma, foi possível identificar o quantitativo dos evadidos e suas motivações.

Como já restou demonstrado, para o levantamento dos dados, foi utilizado o procedimento de pesquisa qualitativa e quantitativa, através da pesquisa documental, onde o meio para a coleta de dados se deu pelo levantamento de informações a partir de documentos internos da instituição e históricos escolares dos estudantes evadidos. Também utilizamos o Inquérito por Questionário por considerarmos que este seria o instrumento mais adequado ao tipo de estudo a realizar por ser a forma mais acessível de chegar aos indivíduos evadidos, tendo em vista a distância de morada principal, já que muitos residem em outros estados da Federação.

De posse desses dados, foi possível delinear a **caracterização do perfil dos alunos** evadidos. Verificamos que, em sua maioria, são indivíduos do sexo masculino (71.7%), com faixa etária entre 16 a 21 anos (69.8%), solteiros (83%) e residentes fora da cidade do Campus (75.9%). A maior parte dos sujeitos realizaram seus estudos em escola da rede pública de ensino (84.9%) e ingressaram na Instituição via ENEM (67.9%).

Os estudantes identificados evadidos foram contatados para que respondessem ao inquérito por questionário com a finalidade de conhecer os motivos que os levaram a desistir do curso e as possíveis consequências desse ato. Em resposta ao inquérito, os discentes afirmaram que ao ingressarem na Instituição tinham uma boa expectativa do curso (34%) e 43.4% afirmaram que o tempo máximo de frequência na Instituição foi de mais de um semestre. Grande parte dos sujeitos respondentes (64.2%) alegou não conhecer o PPC e tampouco conversaram com os professores (77.4%) ou com o Coordenador do curso (81.1%) sobre a sua decisão de saída da Instituição. 41.5% apontam como fator determinante de sua saída as reprovações constantes. O motivo Trabalho foi apontado em seguida com um percentual de 17%. Quando questionados se voltariam ao curso caso tivessem oportunidade, 37.7% disseram que sim e 27.2% responderam que talvez voltariam. E por fim, 54.7% responderam que estão estudando em outra Instituição. Portanto, as dificuldades encontradas no primeiro ano do curso,

citadas pelos alunos, indicam basicamente as reprovações constantes e a dificuldade para conciliar trabalho e estudo.

A análise dos **Planos Pedagógicos dos Cursos** (PPC) de cada curso da Instituição, deu para se ter conhecimento, na realidade, que estão a favorecer a aprendizagem dos discentes e que configuram as pretensões e ansiedades da comunidade acadêmica que os conhece.

De modo geral, o curso de Ciências Exatas conta com o maior índice de evadidos (66.7%) seguido pelo curso de Engenharia Agrícola (62.1%).

Inferiu-se, diante dos estudos apresentados através do Estado da Arte, que as IES investigadas desenvolvem esforços para a diminuição de seus índices de evasão discente, pois já desenvolvem algumas políticas internas específicas nesse sentido. No entanto, ainda se veem algumas lacunas de cunho administrativo que precisam ser extintas para mudança deste cenário.

A Instituição estudada, no seu corpo docente conta com profissionais de um bom nível de atuação e conta também com a organização de alguns docentes com o objetivo de suprimir algumas necessidades dos alunos. No entanto, ainda tem um longo caminho a percorrer, pois é preciso que todos os profissionais estejam envolvidos nessa luta contra a evasão e todos têm conhecimento que há mais a ser feito nos anos vindouros. O sucesso escolar dependerá, e muito, da vontade e do trabalho desenvolvido pelos professores em conjunto com a sua coordenação para que saibam responder às necessidades de cada aluno e apresentar condições e medidas satisfatórias a todos. A Instituição já se estrutura de forma positiva com políticas de incentivo e acolhimento ao aluno, com profissionais qualificados e dedicados, promovendo ações de assistência estudantil que contribuem para manter o aluno na Instituição.

Destarte, sabemos que há muito o que se evoluir no tocante ao tema evasão, quer seja a nível global ou mesmo local. Para que haja um conhecimento completo, confiável e eficaz, é necessário um constante programa de pesquisas com o intuito de verificar as causas do fenômeno.

Pretende-se, pois, que os resultados aqui apresentados auxiliem no entendimento e gerenciamento dessa instituição específica, a fim de dirimir os níveis de evasão discente.

Espera-se que devido à amplitude do tema, outras pesquisas possam dar seguimento ao estudo e possa englobar os demais indivíduos comprometidos com a educação e envolvidos na problemática da evasão, como docentes, coordenadores de cursos e a administração, favorecendo, desse modo, não só as instituições públicas, mas contribuindo de alguma maneira para a construção de um país melhor através da educação e de suas políticas. Para tanto, sugere-se a realização de futuros estudos que avaliem de forma longitudinal as causas relacionadas ao tema Evasão no Ensino Superior apresentadas nessa pesquisa.

É sabido que as mudanças não se conquistam de um dia para o outro; além do mais, construir uma sociedade de direito é um trabalho difícil, que pode durar décadas, porque mudar o cenário social exige mudanças de comportamentos com ordenação. Para alcançar essas mudanças são precisos anos e é preciso também que se haja vontade e que acreditem que podemos chegar lá.

Referências Bibliográficas

- Adachi, A. A. (2009). *Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais: Período 2000 - 2007*. Belo Horizonte: UFMG.
- Almeida, O. C. (2008). *Evasão em Cursos a Distância: Análise dos Motivos de Desistência*. Brasília: UnB.
- Amaral, J. B. (2013). *Evasão Discente no Ensino Superior: Um Estudo de Caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - (Dissertação de Mestrado)*. Sobral: UFCE.
- Andriola, W. B. (2003). Evasão Discente na Universidade Federal do Ceará (UFC): proposta para identificar causas e implantar um Serviço de Orientação e Informação . *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 11, n.40, 332.
- Andriola, W. B., Andriola, C. G., & Moura, C. P. (2006). O fenômeno da evasão discente dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC): proposição de modelo causal. *I Reunião da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE)*. Belo Horizonte.
- Araujo, A. B. (2010). Educação Tecnológica para a indústria brasileira. *Revista Brasileira de Educação Profissional Tecnológica*, Brasília.
- Arpini, D. M. (2003). *Violência e Exclusão. Adolescência em grupos populares*. Bauru: Edusc.
- Aulete, F. J. (2007). *Dicionário Caldas Aulete da Língua Portuguesa*. Porto Alegre: Lexikon.
- Bardagi, M. P., & Hutz, C. S. (2008). Apoio parental percebido no contexto da escolha inicial e da evasão de curso universitário. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v.9. n.2.

- Batista, S. D., Souza, A. M., & Oliveira, J. M. (2009). A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. . *Revista Profissão Docente*, v.9, 1- 18.
- Bean, J. P. (1980). Dropout an tumover. The synthesis and test of a causal model of student attition. *Research in Higher education* - vol. 12, 155-187.
- Biazus, C. A. (2004). *Sistema de Fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC - um estudo de caso de Ciências Contábeis. Tese (Doutorado)*. Florianópolis: UFSC.
- Bodgan, R., & Biklen, S. K. (1997). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. . Porto: Porto Editora.
- Boneti, L. (2003). *Educação, Exclusão e Cidadania*. . Ijuí: Unijuí.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Congresso Nacional.
- Brasil. (1993). *Plano Decenal de Educação para Todos*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto.
- Brasil. (1996). *Comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC.
- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei n.º 9394*. Obtido de www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm
- Brasil. (2010). Conferência Nacional de Educação Básica. *CONAE - Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação* (pp. 1-123). Brasília: Ministério da Educação. Obtido de Ministério da Educação: <http://conae.mec.gov.br>
- Caldas, E. (2006). *Combatendo a Evasão Escolar*. São Paulo: Instituto Polis.
- Camargo, D. B. (2011). *Evasão escolar na primeira série do ensino médio: desafios e superações. Dissertação de Mestrado*. Santa Catarina: Universidade do Oeste de Santa Catarina.
- Cardozo, D. (31 de agosto de 2017). *Eu Estudante*. Obtido de Correio Braziliense: (<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu->

- estudante/ensino_ensinosuperior/2017/08/31/ensino_ensinosuperior_interna,622359/mec-divulga-o-censo-da-educacao-superior-de-2016.shtml)
- Cellard, A. (2008). A análise documental. Em e. a. Poupart, *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. . Petrópolis: Vozes.
- Cislaghi, R. (2008). *Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC.
- Correia, L. M. (2008). *Dificuldades de Aprendizagem Específicas: Contributos para uma Definição Portuguesa*. . Porto: Porto Editora.
- Correia, L. M., & Martins, A. P. (1999). *Dificuldades de Aprendizagem: Que São? Como Entendê-las?* Porto: Porto Editora.
- Cravo, A. C. (ago de 2012). Análise das causas da Evasão Escolar do curso técnico de informática de uma faculdade de tecnologia de Florianópolis. *Revista Gestão Universitária na América Latina* v. 5, n. 2., pp. 238-250.
- Cunha, A., Tunes, E., & Silva, R. (2001). *Evasão no curso de Química da Universidade de Brasília; a interpretação do aluno evadido*. Brasília: Química Nova.
- Cunha, G. A. (2016). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Fronteira.
- Demo, P. (1987). *Introdução à Metodologia da Ciência*. . São Paulo: Atlas.
- Demo, P. (1991). *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez.
- Dias, E. C., Theóphilo, C. R., & Lopes, M. A. (2010). *Evasão no ensino superior: Estudo dos Fatores Causadores da Evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros*. Obtido de «<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/419.pdf>» Com acesso em 19 de fevereiro de 2018
- Diehl, A., & Tatim, D. (2004). *Pesquisa em ciências Sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

- Digiácomo, M. J. (2011). *Evasão escolar: não basta comunicar e as mãos lavar*. Obtido de Criança e Adolescente: «<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=825>» Com acesso em 21 de março de 2018
- Dooley, L. (2002). Case Study Research and Theory Building. *Advances in Developing Human Resources* 4 , 335-354.
- Favero, J. D. (2014). *Análise discriminante dos níveis de evasão de uma instituição de ensino superior - IES*. Blumenau: Universidade Regional de Santa Catarina.
- Ferreira, N. S. (2002). As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Educação & Sociedade*, 254-272.
- Fornari, L. T. (2010). Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. *REP - Revista Espaço Pedagógico*, v. 17, n.1, 112-124.
- Fragoso, A. (2004). El estudio de casos em la investigación de educación de personas adultas. Em E. Lucio-Villegas, *Investigación y Practica em la Educación de Personas Adultas* (pp. 41-60). Valencia: Nau Llibres.
- Francisco, M. (2010). *A Recolha de dados*. Obtido de Metodologias de Investigação na Educação: <https://miemf.wordpress.com/act2/>
- Fregoneis, J. G. (2002). *Estudos do Desempenho Acadêmico nos Cursos de Graduação dos Centros de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Estadual de Maringá: Período 1995-2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção)*. Florianópolis.
- Freire, P. (2004). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, 30 ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Gaio, N. P. (2005). *O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil. Dissertação de Mestrado em Educação*. Brasília: Universidade Católica de Brasília.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

- Gomes, A. A. (1999). Evasão e evadidos: o discurso dos alunos sobre evasão escolar nos cursos de licenciatura - Tese Doutorado. *Nuances*, v.5, 134-135.
- Gomes, A. C. (2016). *Recontando a História - A nova terra - a chegada dos portugueses ao Brasil*. São Paulo: Moderna.
- Hotza, M. A. (2000). *O abandono nos cursos de graduação da UFSC em 1997: a percepção dos alunos-abandono*. Florianópolis: UFSC.
- INEP. (2012). *Resumo Técnico Censo da Educação Superior*. Obtido de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf
- INEP. (2016). *Resumo Técnico Censo da Educação Superior*. Obtido de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas: https://abmes.org.br/arquivos/documentos/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016-versao_29_08_enviado.pdf
- INEP. (s.d.). *ENEM*. Obtido de «<http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem>» Com acesso em 29 de março de 2018
- Johann, C. C. (2012). *Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo. Dissertação (Mestrado em Educação)*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo.
- Kafuri, R., & Ramon, S. P. (1985). *1º Grau – casos e percalços: pesquisa sobre evasão, repetência e fatores condicionantes*. Goiânia: UFMG.
- Lins, M., & Silva, R. V. (2005). *Estudo da Evasão Acadêmica - 1970-2005. Relatório Técnico*. Florianópolis: UFSC.
- Lopes, J. C. (2014). *Evasão nos cursos de graduação em Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior da região sul do Brasil*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Lotufo, A. D., Souza JR, C., Coviack, M., & Brito, J. M. (1998). Evasão e Repetência na FEI/UNESP: Análise e Resultados. *XXVI COBENGE - Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia*, (pp. 185-204). São Paulo.

- Ludke, M., & André, M. E. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Machado, S. P., Mello, J. M., & Pinto, A. C. (2005). *A Evasão nos cursos de graduação de química: uma experiência de sucesso feita no Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro para diminuir a evasão*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Mallmann, A. A. (2013). *Evasão no curso de graduação de ciências econômicas - presencial - da Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2005). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Martins, C. B. (2000). O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo em perspectiva - São Paulo*, 42-60.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Marun, D. J. (2008). *Evasão escolar no ensino médio: um estudo sobre trajetórias acidentadas. Dissertação de Mestrado*. São Paulo: PUC.
- Mattar, F. N. (1994). *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise*. São Paulo: Atlas.
- MEC. (2018). *Programas e Ações*. Obtido de Secretaria de Ensino Superior: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoes>
- Meirinho, M., & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER, Revista de Educação*, 46-65.
- Melo, M. A. (2014). *Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos- EJA: A Metodologia Alternativa como solução*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
- Menegolla, M. (1989). *Didática: aprender a ensinar. 5ª ed.*. São Paulo: Loyola.

- Minayo, M. C. (1994). *Ciência, Técnica e Arte: o Desafio da Pesquisa Social*. Petrópolis: Vozes.
- Miranda, D. P. (2006). *Gestão da evasão nas instituições de ensino superior privado: um estudo sobre cursos de administração no estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Moraes, J. O., & Theóphilo, C. R. (2008). *Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros*. Montes Claros: Unimontes.
- Moran, J. M. (2007). *A Educação que desejamos*. Campinas: Papirus.
- Nascimento, C. R. (2008). *Programa Ética e Cidadania: Construindo valores na escola e na sociedade - um estudo de caso (Monografia de Conclusão de Curso)*. Brasília: UnB.
- Neri, M. C. (2009). *Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Obtido de O Tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola.
- Neto, G. C. (2014). *Análise dos fatores da evasão discente de uma IES privada de Fortaleza - Ce*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- Padilha, E. S. (2015). *Evasão universitária no curso de Ciências Contábeis de instituições de ensino superior do Sistema ACADE*. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau.
- Parasuraman, A. (1991). *Marketing research*. Addison Wesley Publishing Company.
- Paredes, A. S. (1994). *A evasão do terceiro grau em Curitiba*. São Paulo: NUPES/USP,.
- Patto, M. H. (1999). O sistema escolar brasileiro: notas sobre a visão oficial. Em M. H. Patto, *Introdução à Psicologia Escolar* (pp. 147-155). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pereira, E. R. (2004). *Acompanhamento da trajetória escolar de alunos da Universidade de São Paulo: ingressantes de 1995 a 1998*. São Paulo: USP.

- Pereira, F. C. (2003). *Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de ensino superior: uma aplicação na Universidade do Extremo Sul Catarinense - Tese de Doutorado*. Florianópolis: UFSC.
- Polit, D., & Hungler, B. (1995). *Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- PRPPG-UFPR. (s.d.). *Avaliação CAPES*. Obtido de «<http://www.prppg.ufpr.br/site/ppgadm/visibilidade/avaliacao-capes/>» Com acesso em 15 de maio de 2018
- Queiroz, L. D. (2010). *Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar*. Cuiabá: UFMT.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Romanowski, J. P., & Ens, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do Tipo "Estado da Arte". *Diálogos Educacionais*, v6 - n6, 37-50.
- Rumberger, R. (1995). Dropping out of middle school: a multilevel analysis of students and schools. *American Educational Research Journal*, v. 32, n. 4, 583-625.
- Salomon, D. (1991). *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Santos, F. F., & Noronha, B. (2001). *Estudo do perfil dos alunos evadidos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Campus Ribeirão Preto*. São Paulo: USP.
- Schargel, F. P., & Smink, J. (2002). *Estratégias para Auxiliar o Problema de Evasão Escolar*. Rio de Janeiro: Dunya.
- Serrão, M., & Baleeiro, M. C. (1999). *Aprendendo a ser e a conviver*, 2ª ed. São Paulo: FTD.
- Silva Filho, R. L., Motejunas, P. R., Hipólito, O., & Lobo, M. B. (2007). A evasão no ensino superior brasileiro. *Caderno de Pesquisa*. v. 37, n. 132, 641-659.

- Silva, J. F. (outubro/novembro de 2002). Avaliar... O Quê? Quem? Como? Quando? *Revistada TV Escola*.
- Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1-13.
- Souza, I. (1999). *Causas da evasão nos cursos de graduação da UFSC. (Dissertação de Mestrado)*. Florianópolis: UFSC.
- Teixeira, P. M., & Megid N, J. (2005). *Investigando a pesquisa educacional: um estudo enfocando dissertações e teses sobre o ensino de biologia no Brasil. Investigações em Ensino de Ciências*. Porto Alegre.
- Therrien, J. (2004). Os trabalhos científicos e o estado daquestão: reflexões teórico-metodológicas. *Revista Avaliação Educacional*, volume de n.15, 5-16.
- Tinto, V. (1987). *Leaving College: Rethinking the causes and cures of college attrition*. Chicago: University of Chicago Press.
- UFPR. (2014). *Campus Jandaia do Sul*. Obtido de www.ufpr.br/portafulpr/cursos-em-jandaia-do-sul/ Com acesso em 05 de novembro de 2018
- UNESCO. (2004). *Términos de Referencia para Estudios Nacionales sobre Deserción y Repitencia en la Educación Superior en América Latina y el Caribe*. . Caribe.
- Veloso, T. C., & Almeida, E. P. (2002). Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá: um processo de exclusão. *Série - Estudos*, n. 13, pp. 133-148.
- Vergara, S. C. (2009). *Projetos e Relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Vieira, H. C., Castro, A. E., & S., J. V. (2010). O uso de questionários via email em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes. *XIII SemeAD - Seminários em Administração*, (pp. 1-13). Santa Maria.
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Consentimento Informado

...

CONSENTIMENTO INFORMADO: Estamos solicitando a sua participação num estudo sobre a Evasão Escolar no Campus onde você estudou. Este estudo tem como objetivo identificar e compreender os principais motivos norteadores da evasão escolar ocorridos com alunos que ingressaram nos cinco cursos de graduação da Instituição nos anos de 2014 e 2015. Esta participação será voluntária. Porém, apenas com sua colaboração poderemos atingir o objetivo proposto. Para que a pesquisa possa diagnosticar o problema Evasão, é preciso que seja o mais sincero possível. Tudo o que responder será estritamente confidencial. Em nenhum lugar haverá sua identificação. Contamos com você!

☐ Sim, aceito participar da pesquisa

Apêndice 2 – Questionário

1 – Gênero:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

2 - Qual a sua idade quando ingressou na Instituição?

- ☐ 16 a 21 anos;
- ☐ 22 a 26 anos;
- ☐ 27 a 31 anos;
- ☐ 32 a 36 anos;
- ☐ 42 a 46 anos;
- ☐ Acima de 47 anos.

3 - Qual era o seu estado civil quando deixou a Instituição?

- ☐ Solteiro
- ☐ Casado
- ☐ Outros

4 - Cidade de Moradia:

- ☐ Na mesma cidade do Campus onde estudei;
- ☐ Até 50 km do Campus;
- ☐ De 51 a 100 km do Campus;
- ☐ Mais de 100 km do Campus;
- ☐ Em outro Estado da Federação

5 - Fez algum teste vocacional antes do ingresso na Instituição?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6 - Como foi realizado o Ensino Médio?

- ☐ Todo em Escola Pública;
- ☐ Todo em Escola Particular;
- ☐ Em ambas.

7 - Qual a forma de ingresso na Instituição?

- ☐ ENEM;
- ☐ Vestibular.

8 - Escolha do Curso:

- ☐ Grande chance de emprego;
- ☐ Pouca procura pelo curso;
- ☐ Teste Vocacional;
- ☐ Escolha dos Pais;
- ☐ Escolha aleatória, sem conhecimento prévio da sua natureza.
- ☐ Nenhuma das anteriores

Se sua resposta não está nas descritas acima, pode escrevê-la nesse espaço:

9 - Expectativas do curso quando ingressou:

- ☐ Nenhuma
- ☐ Regular
- ☐ Boa
- ☐ Muito boa
- ☐ Excelente

10 - Tempo de estudo na Instituição:

- ☐ Não frequentei
- ☐ Menos de um semestre
- ☐ Um semestre
- ☐ Mais que um semestre

11 - Conheceu o PPC (Plano Pedagógico) do curso que estudava?

- ☐ Sim
- ☐ Não

12 - Se sua resposta anterior foi SIM, o Plano Pedagógico atendeu suas expectativas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

13 - Antes de deixar o curso, conversou com seu Coordenador sobre sua decisão?

- ☐ Sim
- ☐ Não

14 - Antes de deixar o curso, conversou com algum professor sobre sua decisão?

- ☐ Sim
- ☐ Não

15 - Motivo de ter deixado o curso:

- ☐ Questões familiares
- ☐ Trabalho
- ☐ Reprovações Constantes
- ☐ Distância da casa dos pais ou onde mora
- ☐ Desinteresse/falta de vontade
- ☐ Aulas/professores desestimulantes
- ☐ Nenhuma das anteriores

Você pode usar esse espaço para complementar a resposta da pergunta anterior, caso queira: _____

16 - Se pudesse, voltaria para concluir o curso?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

17 - Está estudando atualmente?

- ☐ Sim
- ☐ Não